



Denise Pires Fincato | Sérgio Augusto da Costa Gillet

α Pesquisa Jurídica sem Mistérios

Do Projeto de Pesquisa à Banca

3ª Edição
Revista e Atualizada



Este livro surgiu da experiência docente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, voltada tanto à graduação quanto aos cursos de pós-graduação (especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados). Observa-se, enquanto professor, que os conteúdos ali abordados são pré-concebidos pelos discentes como extremamente complexos, enfiados, distantes do mundo jurídico. Com o passar do tempo (e dos encontros letivos), os estudantes vão experimentando novas relações com os conteúdos metodológicos e, a partir daí, não raro, indagam: “- Mas é só isso!?”. Pois essas reações impulsionaram a escrita destes textos, onde se pretende primeiramente abordar o projeto de pesquisa para a monografia jurídica, sobretudo desmistificando-o e, para além disso, demonstrando ser o mesmo importante ferramenta nos períodos de investigação e escrita que redundarão numa bela, oportuna e consistente produção jurídica. Passo seguinte, passa-se à monografia jurídica em si: seus diversos tipos, elementos e normas. Por derradeiro, notas sobre a banca avaliadora de monografias jurídicas. É importante compreender que o jurista, além de desempenhar papéis próprios de profissões jurídicas tradicionais, está rotineiramente desafiado pela investigação jurídica, seja para fins acadêmico-monográficos ou não. Por isso, o projeto de pesquisa não pode ser estudado e concebido apenas como “aquilo que os estudantes têm de fazer” (sentido de imposição, e não de utilidade) como pré-requisito para aprovação em alguma disciplina, admissão em algum curso ou liberação para a escrita e finalização de uma monografia. A pesquisa (e seu projeto) deve ser vista como uma ferramenta para o próprio labor jurídico.



A Pesquisa Jurídica sem Mistérios

A Pesquisa Jurídica sem Mistérios

Do Projeto de Pesquisa à Banca

3ª Edição, revista e atualizada

Denise Pires Fincato
Sérgio Augusto da Costa Gillet

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas F. Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FINCATO, Denise Pires; GILLET, Sérgio Augusto da Costa.

A Pesquisa Jurídica sem Mistérios: do Projeto de Pesquisa à Banca [recurso eletrônico] / Denise Pires Fincato; Sérgio Augusto da Costa Gillet -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

128 p.

ISBN - 978-85-5696-419-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Direito; 2. Pesquisa jurídica; 3. Trabalho acadêmico; 4. Metodologia científica; 5. Projeto de pesquisa;
I. Título

CDD: 340

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340

Denise Pires Fincato

À Laura e à Luísa, por me encherem de amor.

Ao Fábio, pelo companheirismo apaixonado, ideal de um casamento.

Ao Sérgio Gillet, por compartilhar de forma tão genuína o apreço pela
Metodologia da Pesquisa.

Sérgio Augusto da Costa Gillet

Aos meus pais, pois seus cuidados me permitiram chegar até aqui.

À minha orientadora do mestrado, Profa. Dra. Denise Pires Fincato, por me
permitir partilhar da autoria deste livro.

Sumário

Prefácio à 3ª Edição	11
Clarice Beatriz da Costa Söhngen	
Prefácio à 2ª Edição	13
Ingo Wolfgang Sarlet	
Prefácio à 1ª Edição	15
Jaqueline Mielke da Silva	
Apresentação	17
1. O projeto de pesquisa para as monografias jurídicas	21
1.1 A Escolha do Tema	21
1.2 A Escolha do Professor Orientador	24
1.3 A Estrutura do Projeto de Pesquisa	25
1.4 Organizando a Entrega do Projeto de Pesquisa	57
2. Diretrizes para monografias jurídicas	59
2.1 Impressão do Trabalho Acadêmico	59
2.2 Encadernação	60
2.3 Fontes	60
2.4 Paginação	61
2.5 Margens	62
2.6 Espaços	63
2.7 Alinhamentos	63
2.8 Parágrafos	64
2.9 Citações	64

3. Dos diversos tipos de monografia e suas especificidades.....	79
3.1 Artigo Científico	79
3.2 <i>Paper</i> ou Trabalho Acadêmico	81
3.3 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	82
3.4 Monografia de Especialização	84
3.5 Dissertação de Mestrado.....	85
3.6 Tese de Doutorado	87
4. Defendendo a monografia – a banca.....	91
Conclusão.....	95
Referências	97
Anexos	99

Prefácio à 3ª Edição

Clarice Beatriz da Costa Söhngen *

O livro **A Pesquisa Jurídica sem Mistérios: do Projeto de Pesquisa à banca** dos autores Denise Pires Fincato e Sérgio Augusto da Costa Gillet é um grande presente à comunidade jurídica; assim como a todos interessados nas pesquisas realizadas na área do Direito.

Trata-se de uma obra pragmática, construída para facilitar a comunicação com leitor, que aqui tenho a honra de apresentar. A metodologia empregada pelos autores aparece comprometida com uma linguagem acessível e, até mesmo prazerosa, inovando um espaço tradicionalmente cartesiano sem negligenciar o próprio método.

A proposta de uma viagem lúdica com a temática da pesquisa jurídica orienta a trajetória do escritor desde a elaboração de seu projeto de pesquisa à defesa da monografia diante de uma banca avaliadora.

Assim, os caminhos que serão percorridos pelo leitor estão organizados em quatro capítulos, além da conclusão e anexos. No primeiro capítulo é apresentado **O projeto de pesquisa para as monografias jurídicas**, seguido do segundo capítulo, no qual são apontadas importantes **Diretrizes para as monografias**, visando o preparo para apresentação do terceiro capítulo acerca **Dos diversos tipos de monografias e suas especificidades**, que por sua vez, encaminham a viagem para o ponto de chegada: **Defendendo a monografia: a banca**.

* Doutora, Decana Associada e Professora da Escola de Direito da PUCRS.

Os autores orquestram com maestria os processos da investigação científica diante da necessidade de sistematização no planejamento, elaboração e apresentação dos trabalhos científicos. O texto ultrapassa os limites dos muros acadêmicos, possibilitando que os resultados da pesquisa sejam compartilhados com a sociedade a partir de um estilo descomplicado e atrativo.

Parabéns aos autores! Muito bem-vinda a reedição desta obra!

Prefácio à 2ª Edição

Ingo Wolfgang Sarlet *

Para quem está na coordenação de um Programa de Pós-graduação em Direito, que reúne níveis de Mestrado e Doutorado, é sempre uma satisfação, ademais de uma honra e privilégio, poder prefaciá-la uma obra que é o resultado da experiência profissional (acadêmica) e da reflexão de uma ilustre e estimada colega de docência e que integra a seleta equipe do Programa de Pós-graduação em Direito da PUCRS. No presente caso, cuida-se da segunda edição da – e a própria reedição dá conta disso – bem sucedida obra “A Pesquisa Jurídica sem Mistérios – do projeto de pesquisa à banca”, da lavra da Professora Doutora Denise Pires Fincato, que desvenda, para todos os que carecem de uma referência segura, precisa e atualizada, para a produção de um trabalho científico, desde um artigo a ser publicado em periódico, até e com particular destaque, a confecção de uma tese doutoral.

Em verdade, não é (ou, pelo menos, não deveria ser!) preciso convencer ninguém da relevância de uma obra de tal natureza e que, como já adiantado, resulta de uma trajetória rica em experiência efetiva na seara que constitui precisamente o objeto precípuo da obra relançada em boa hora. Seja no magistério superior, lecionando a disciplina Metodologia da Pesquisa no Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS, seja orientando trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, a autora revela sua dedicação e competência também quando da produção de ferramenta de

* Doutor, Professor Titular e Coordenador do PPGD da PUCRS.

grande utilidade para todos os que pretendem iniciar uma jornada acadêmica, mas também para os que já já são iniciados, pois não de encontrar na obra de DENISE um permanente esteio para solver dúvidas e aperfeiçoar seus próprios projetos de pesquisa e a construção de textos de qualidade.

Assim, não sendo o caso de prolongar o contato do leitor e pesquisador com o conteúdo da obra propriamente dito (por isso também a opção pessoal por prefácios enxutos), é meu desejo que a presente edição venha logo a se esgotar, ajudando a desvendar “sem mistérios” os encantadores e inesgotáveis desafios do fantástico mundo da pesquisa e da produção intelectual na esfera do Direito.

Porto Alegre, julho de 2014.

Prefácio à 1ª Edição

Jaqueline Mielke da Silva *

Este livro estuda a metodologia da pesquisa de uma forma didática e realista, dando noções importantes no tocante à escolha do tema, delimitação do objeto, realização da pesquisa etc. A obra é importante tanto para os acadêmicos, que têm a missão de realizar trabalhos de conclusão de curso, quanto para aqueles que pretendam realizar pesquisas em sede de cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Para enfrentar a temática, a autora, Denise Pires Fincato, dividiu a obra em quatro capítulos. O Capítulo Primeiro trata da definição do que vem a ser o tema, escolha do professor orientador – que deve ser pessoa com quem o aluno tenha afinidades teóricas –, e estrutura do projeto de pesquisa. O Capítulo Segundo, por sua vez, trata das diretrizes de uma pesquisa, com a observância das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Capítulo Terceiro aborda as várias espécies de trabalhos científicos, destacando-se o artigo científico, o *paper* ou trabalho acadêmico, o trabalho de conclusão de curso, a monografia de especialização, a dissertação de mestrado e a tese de doutorado. Em contrapartida, o Capítulo Quarto contempla a defesa da monografia perante banca.

Sem qualquer dúvida, trata-se de uma obra cuja leitura é essencial para aqueles que pretendam ingressar na vida acadêmica.

Não é demais referir que conheci a autora, Denise Pires Fincato, quando professora de cursos de graduação, quando recém havia finalizado a sua dissertação de mestrado, cujo objeto de

* Professora, Advogada e Doutora em Direito pela UNISINOS.

estudo foi a metodologia da pesquisa e do ensino. Já se passaram mais de 10 anos. Como coordenadora de cursos de especialização em Direito Processual Civil, em face da expressividade e carisma da autora, convidei-a por vez primeira a ministrar a disciplina de metodologia da pesquisa, cujo sucesso frente aos alunos foi imediato, o que não é fácil diante de um tema árido, composto de inúmeras regras.

O diferencial da autora se dá na exata medida em que a metodologia da pesquisa não é vista apenas como um emaranhado de regras que mais atrapalham do que auxiliam o pesquisador, mas sim a partir de uma perspectiva crítica, que contribuirá para a realização de uma pesquisa de qualidade, facilitada pelos métodos de trabalho por ela sugeridos.

Todo o sucesso e brilhantismo na docência da professora Denise pode ser atribuído não apenas ao método de abordagem da metodologia da pesquisa, mas também a toda a sua dedicação, demonstrada em sala de aula, ao longo dos anos, além da conclusão de seu doutorado na Universidade de Burgos – Espanha. Sem dúvidas, ao lado da Doutora Denise está a Professora Denise, que graças à paixão que nutre pela docência, é festejada como uma das melhores professoras de metodologia da pesquisa.

Aqueles que estão interessados em uma obra de fácil leitura a respeito do tema metodologia da pesquisa encontrarão certamente as respostas que procuram. Com isso, a autora presta um inestimável serviço de aprofundamento do estudo da metodologia da pesquisa jurídica, divulgando, avaliando e criando teses a respeito do tema.

Apresentação

Este livro surgiu da experiência docente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, voltada tanto à graduação quanto aos cursos de pós-graduação (especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados). Observa-se, enquanto professor, que os conteúdos ali abordados são pré-concebidos pelos discentes como extremamente complexos, enfadonhos, distantes do mundo jurídico. Com o passar do tempo (e dos encontros letivos), os estudantes vão experimentando novas relações com os conteúdos metodológicos e, a partir daí, não raro, indagam: “- Mas é só isso!?”.

Pois essas reações impulsionaram a escrita destes textos, onde se pretende primeiramente abordar o projeto de pesquisa para a monografia jurídica, sobretudo desmistificando-o e, para além disso, demonstrando ser o mesmo importante ferramenta nos períodos de investigação e escrita que redundarão numa bela, oportuna e consistente produção jurídica. Passo seguinte, passa-se à monografia jurídica em si: seus diversos tipos, elementos e normas. Por derradeiro, notas sobre a banca avaliadora de monografias jurídicas.

É importante compreender que o jurista, além de desempenhar papéis próprios de profissões jurídicas tradicionais, está rotineiramente desafiado pela investigação jurídica, seja para fins acadêmico-monográficos ou não. Por isso, o projeto de pesquisa não pode ser estudado e concebido apenas como “aquilo que os estudantes têm de fazer” (sentido de imposição, e não de utilidade) como pré-requisito para aprovação em alguma disciplina, admissão em algum curso ou liberação para a escrita e

finalização de uma monografia. A pesquisa (e seu projeto) deve ser vista como uma ferramenta para o próprio labor jurídico.

O projeto de pesquisa, antes de tudo, é um grande guia para a viagem que se aproxima. É, ainda, o aperitivo da experiência prazerosa em que a monografia deverá se tornar.

Uma monografia, uma viagem, um belo jantar ou um casamento iniciam já no seu programar, no seu projetar. E um bom projeto de pesquisa não se faz sem um mínimo de estudo, aprofundamento, dedicação e amor.

Existe certo temor de parte dos estudantes com relação ao efeito de “engessamento”, derivado do projeto de pesquisa. Ele deriva da crença de que, uma vez pronto e tornado público (qualificado), o projeto não permitirá mais ao pesquisador ajustes ou mudanças.

O temor é infundado. O projeto de pesquisa é um guia, um fio condutor. Nele, estão as linhas mestras da projeção da investigação e da escrita monográfica. Veja-se o que acabou de ser escrito: “linhas mestras”. É bom exemplificar com uma figura não-acadêmica, como viajar, de Porto Alegre a Salvador, de automóvel no mês de fevereiro. Estas são as linhas mestras, a delimitação da viagem que se pretende fazer. Os detalhes serão definidos após um estudo metucioso de mapas, das condições financeiras do viajante, das motivações da viagem (Carnaval? Descanso? Viagem familiar? Visita a amigos?) e de algumas coisas que podem variar no meio do caminho, por escolha do viajante (mais um dia no Rio de Janeiro, v.g.) ou por força maior (furto do automóvel, uma enfermidade, mau tempo etc.).

Assim, o projeto de pesquisa traça linhas mestras e tenta, sem comprometer seu autor de maneira definitiva, detalhar ao máximo a “viagem” a ser feita, a pesquisa a ser realizada, a qual redundará em uma monografia jurídica.

Grandes câmbios, entretanto, podem gerar necessidades de reelaborações e reacomodações profundas, com retornos ao marco inicial. Assim seria, na parábola utilizada, trocar a viagem de Porto

Alegre a Salvador por uma viagem de Porto Alegre a Paris. No projeto de pesquisa, tal alteração implicaria redefinições diversas e, talvez, até a necessidade de prorrogação de prazos (caso ainda possível) e maiores gastos.

Na vida acadêmico-jurídica, trocar uma pesquisa sobre Alienação Parental por uma pesquisa sobre Dano Moral nas Relações de Emprego gera uma alta gama de complicações. Certamente, novo projeto de pesquisa deverá ser feito. Da mesma forma, outro orientador deverá acompanhar a investigação, e os prazos se tornarão muito, muito justos (em razão do necessário retorno à estaca zero da pesquisa e impossibilidade de retorno ao início do cronograma-programa).

O projeto de pesquisa pode servir como um bom rascunho da futura monografia, já que diversas das elaborações e textos nele produzidos poderão ser aproveitados no texto final. Por exemplo: das Justificativas do Projeto de Pesquisa, retira-se boa parte de argumentos para a Introdução da Monografia; da conjugação dos problemas com as hipóteses, a pedra angular dos capítulos, etc.

Então, o projeto de pesquisa só poderá ser elaborado após a boa definição do tema da pesquisa e, ainda, de sua competente delimitação e problematização. O professor orientador é co-protagonista já nesse estágio da monografia.

Não se delimita e problematiza um tema apenas de se ouvir falar sobre ele. Tampouco auxiliará observar os sumários de obras que tratem do assunto ou de temas vizinhos. Será necessário estudar (sim e já!) para o projeto de pesquisa.

É importante lembrar a viagem, o jantar, o casamento: projetá-los, prepará-los, deve ser tão ou mais prazeroso quanto vivê-los. E recordá-los, em futuro próximo ou distante, deverá ser motivo de satisfação e orgulho.

Muito bem, como fazer, então, de forma singela e sem mistérios, um projeto de pesquisa para monografia jurídica? E como elaborar uma boa monografia jurídica? E como portar-se na banca avaliadora?

Nas páginas seguintes, tenta-se elaborar um roteiro padrão que sirva tanto aos acadêmicos de graduação como aos de pós-graduação, a partir da compreensão de que o projeto de pesquisa é o roteiro da monografia jurídica que, por sua vez, é gênero dentro do qual cabem muitas espécies e, ainda, de que questões como método investigativo e forma são componentes avaliativos da monografia, todos decorrentes das opções do pesquisador.

O projeto de pesquisa para as monografias jurídicas

Passo prévio a qualquer pesquisa é seu projeto. Um projeto de pesquisa poderá ter diversas formas e ser mais ou menos profundo, dependendo de sua finalidade e, ainda, das diretrizes traçadas pela instituição de ensino ou agência de fomento. Aqui será apresentado um tipo mais completo de projeto de pesquisa, devendo o acadêmico, na necessidade concreta de elaboração de um, adaptar o proposto ao exigido.

1.1 A Escolha do Tema

Não há momento mais angustiante que o da definição do tema. Num contexto como o jurídico, no qual em termos de pesquisa cada dia mais se fala em pesquisa multi, inter e/ou transdisciplinar, escolher um tema parece missão impossível ao estudante, não restringindo o conceito de estudante ao acadêmico de graduação. Muitos autores dedicam-se a aconselhar seus leitores, normalmente acadêmicos em estágio (e estado) de monografia (de escrita solitária e autônoma), indicando possíveis critérios para uma escolha menos traumática e de maior êxito.

Mas o que se entende por tema?

O tema reflete a seleção de uma área do conhecimento jurídico (podendo ser entremeado por outra ciência, como a sociologia, a psicologia, a economia etc.), restrita face à ciência

jurídica em si, mas ampla demais face ao dever de escrever sobre o mesmo em determinado tempo e extensão (sim, número de páginas). Não é possível escrever uma monografia jurídica sobre o tema em si; é necessário delimitá-lo e, além disso, problematizá-lo.

Exemplificando: a Ciência Jurídica está organizada em ramos (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito Tributário, etc.). Tal organicidade já auxilia na eleição do tema, uma vez que se pode focar a atenção em um destes ramos ou na intersecção entre alguns destes (Civil e Constitucional, por exemplo).

Assim, é possível resolver que o tema será eleito entre os pertinentes à área do Direito Processual Civil¹. Mesmo assim, escrever sobre “O Direito Processual Civil” é demasiado para uma monografia. Nem uma vida de estudos permitiria isto, uma vez que não há freio algum nesta proposta (Direito Processual Civil de que época? De que contexto geográfico-jurídico? Todos os institutos?).

É preciso “fechar mais o foco”.

Uma obra muito recomendada para quem se põe em “Estado de Monografia” é o livro de Umberto Eco denominado “*Como se faz uma tese*”. Trata-se de um clássico. Lê-lo em seu original seria mais salutar, mas existem boas traduções atualmente, inclusive em português. Nesta obra, entre outras coisas, Eco aponta que o acadêmico precisa mover-se pela necessidade e pelo prazer, de preferência ambos, já na escolha do tema.

Então, o pesquisador deve se indagar acerca do que precisa ou gosta em termos de Direito Processual Civil: Recursos? Provas? Intervenção de Terceiros? Cumprimento de sentença? Tutelas de Urgência?

O autor supracitado ainda diz que o acadêmico não deve pesquisar algo porque seu orientador quer ou precisa. A necessidade e o prazer devem ser do acadêmico. E alinha alguns

¹ Nos cursos de especialização (pós-graduação lato sensu), esta definição quanto ao ramo jurídico é facilitada, uma vez que a especialização, geralmente já se dá em algum deles.

conselhos, rotineiramente vistos em outros manuais de monografias (não apenas jurídicas)² e dispostas aqui em livre versão:

- Que o tema corresponda aos interesses do acadêmico (que esteja relacionado com suas leituras, com seu mundo político, cultural ou religioso).
- Que as fontes sejam acessíveis (ao alcance físico e econômico do acadêmico).
- Que as fontes sejam manejáveis (ao alcance intelectual do acadêmico).
- Que a proposta metodológica da pesquisa esteja ao alcance da experiência investigativa do acadêmico.

Também é importante levar em conta o nível em que se encontra o estudante, ou seja, se é bacharelando, especializando, mestrando ou doutorando. Daí alguns perfis podem ser traçados, que permitem uma boa definição de temáticas e suas respectivas delimitações³.

O certo é que um período tranquilo de pesquisa e uma boa monografia resultarão da acertada escolha do tema. O tema deve ser instigante, viável, aprazível. Dessa forma, não haverá motivos para subterfúgios e não haverá melhor atividade durante o “Estado

² ECO, Umberto. **Como se hace una tesis**: técnicas y procedimientos de investigación, estudio y escritura. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 25.

³ Na graduação, exige-se menos do estudante. Os critérios de avaliação passam pela conferência de habilidades de pesquisa e comunicação (escrita e oral). Já nos cursos de Mestrado, as habilidades referidas são pressupostas. Exige-se do mestrando uma identificação de tema com problematização concreta e rigor científico maior. Nas teses doutorais, além do citado, o doutorando ainda deve propor assunto inédito e (ao menos tentar) esgotar o tema proposto. Admitem-se em todos os anteriores pesquisas de caráter histórico, filosófico, sociológico, enfim, de carga menos prática. Isto é um diferenciador das monografias de especialização, uma vez que os objetivos dos cursos desta natureza atrelam-se ao aperfeiçoamento profissional, a uma revisão de práticas jurídicas e de seus fundamentos teóricos. Por isso, diz-se que as monografias de especialização devem ter uma característica mais prática, guiando a escolha do tema.

de Monografia” do que falar sobre a pesquisa, buscar materiais, escrever e preparar-se para a banca.

1.2 A Escolha do Professor Orientador

Tão importante quanto a escolha do tema é a escolha do professor orientador. É preciso identificá-lo como sujeito que atua na área a que pertence a temática que se deseja pesquisar. Consultar o próprio professor, indagar na Secretaria ou Setor de Monografias da Faculdade ou, ainda, observar a trajetória do professor na Plataforma Lattes do CNPq⁴ são boas maneiras de se descobrir isso.

O orientador não é coadjuvante (ou não deve ser): é co-protagonista na história de sua pesquisa e monografia. Dele vêm as correções necessárias, as indicações bibliográficas cruciais, as críticas e os elogios.

O bom orientador é como o pai amoroso e severo: corrige afagando. O bom orientador consegue atender ao orientando, na modalidade e velocidade de comunicação estabelecida consensualmente (em uma era de videoconferências, *Facebook*, *WhatsApp*, *blogs*, *chats* e *e-mails*, não se podem desprezar outros meios afora os presenciais para os “encontros de orientação”).

Bom orientador é o que franqueia suas anotações, não sonega informações, tem o estudante como pupilo e assume a responsabilidade pela etapa formativa que este enfrenta sob sua orientação.

Entre orientando e orientador deve haver um sentimento de cumplicidade, uma boa relação que, não raro, resulta em amizades duradouras.

O orientador auxilia desde a definição exata de tema até a preparação para a banca. De parte do orientando, por exemplo, e já de início, não deve existir hesitação em enviar os rascunhos do

⁴ Acessar o sítio eletrônico <<http://lattes.cnpq.br>> e buscar currículo, por nome.

projeto de pesquisa, buscando o amadurecimento de sua delimitação temática de forma compartilhada.

A troca de orientador no curso da pesquisa sempre é traumática. Um novo estilo, novos ritmos, redefinições temáticas e novas fundamentações teóricas poderão ser necessários. Por isso, é recomendável cautela ao escolher o professor orientador, conhecê-lo como pessoa antes de convidá-lo à orientação, serve para testar a “sintonia”. Alguns programas de Pós-Graduação necessitam acomodar seus novos discentes às vagas dos orientadores, e estes, por sua vez, devem conduzir pesquisas conforme as linhas de investigação dos programas. Destarte, já no ingresso do aluno podem ser necessários ajustes importantes nas intenções investigatórias. Sugere-se a busca de um caminho mediano, que contemple, sempre que possível, a intenção do orientando e as necessárias acomodações institucionais.

Na pesquisa, nunca é demasiado recordar que o acadêmico é o ator principal e, muitas vezes, os destinos da investigação e da monografia estarão em suas mãos. O acadêmico deve procurar atentar-se às orientações dadas, verbalizando e argumentando com o orientador eventuais discordâncias, compreendendo que são orientações de quem, no mínimo, já está há mais tempo “viajando” e, por isso, conhece um pouco mais as sinuosidades e os caprichos dos caminhos científicos.

Tema delimitado, orientador escolhido. E agora?

1.3 A Estrutura do Projeto de Pesquisa

O projeto de pesquisa apresenta certa organização que lhe é própria, porque lógica. Seguindo-se a ordem dos itens, estará seu autor estabelecendo uma ordem crescente de complexidade ao expressar sua planificação investigativa. Um projeto de pesquisa deve contemplar alguns itens que serão explicitados um a um nas próximas páginas. São eles:

- a) Tema
- b) Delimitação do Tema
- c) Justificativa
- d) Problema(s)
- e) Hipótese(s)
- f) Variável(eis)
- g) Objetivos
 - g.1) Geral
 - g.2) Específicos
- h) Embasamento Teórico
- i) Metodologia
 - i.1) Método de Abordagem
 - i.2) Método(s) de Procedimento
 - i.3) Método de Interpretação
 - i.4) Tipos e Técnicas de Pesquisa
- j) Ordenação da Monografia e esboço do sumário
- k) Cronograma
- l) Orçamento
- m) Instrumento(s) de pesquisa de campo
- n) Referências Bibliográficas do Projeto

a) Tema

A escolha do tema, como predito, é crucial à estruturação do projeto, bom desenvolvimento da pesquisa e elaboração da monografia. Mas apenas elegê-lo não é suficiente; é preciso definir as exatas nuances que serão objeto da pesquisa. Definir que a pesquisa será sobre “Recursos” continua lançando o estudante em um desafio insuperável, uma vez que não lhe limita em a atuação investigativa.

Ainda não é necessário apontar a relevância do tema escolhido, tampouco fazer explicações teóricas. Haverá espaço próprio para isso no projeto de pesquisa. Limitar-se, ser objetivo, eis o desafio: se o tema é “Recursos”, dar apenas esta informação.

b) Delimitação do tema

Delimitar o tema é questão de “segurança científica”. Pesquisar sobre “Recursos” com fito monográfico é inviável nos prazos e limites acadêmicos, eis que muito amplo. A coleta de materiais será catastrófica, a banca imprevisível, e o resultado, este sim, previsível: frustração, fracasso.

Para delimitar um tema, podem-se imaginar alguns questionamentos básicos, tais como “em que época?” “em que país?”, entre outros. Assim, poderíamos ter “O Sistema Recursal Brasileiro após a Constituição Federal de 1988” como algo mais limitado que “Recursos”, mas ainda extenso demais para uma monografia, mesmo que doutoral, quanto mais nos padrões atuais, que pedem mais objetividade e simplicidade na escrita acadêmico-jurídica⁵.

No tema “Recursos”, pode-se restringir a investigação a um recurso em específico; daí, a um de seus efeitos ou requisitos. Então, pode-se observar sua aplicação em um tipo de ação (na execução, nas cautelares, nas ações de investigação de paternidade etc.) e, por fim, como se comporta um determinado tribunal com relação a esta tríade. Por exemplo, poder-se-ia ter como delimitação ao tema “Recursos” algo como “Efeito suspensivo do agravo de instrumento nas concessões de liminares em ações de alimentos provisionais (art. 852 do CPC): análise da jurisprudência do TJRS”.

Assim, se na coleta de materiais localizar-se algo sobre o recurso de apelação, poderá ser descartado de pronto. Se a banca avaliadora perguntar sobre a posição do Tribunal de Justiça de São Paulo, poder-se-á preliminarmente à resposta alertar que a

⁵ E seguem movimentos não-acadêmicos, como o que preconiza a simplificação de sentenças, a fim de que sejam compreendidas por seus destinatários. Quem é o destinatário de sua monografia? O cidadão, pertencente à comunidade jurídica ou não. O conhecimento deve ser acessível a todos.

indagação não pertence à delimitação temática proposta no trabalho científico.

A delimitação temática deve, ainda, observar as possibilidades do acadêmico, notoriamente no que toca à sua aptidão e disponibilidade para pesquisa. Eco⁶ aponta que uma monografia não se faz em mais de três anos e tampouco em menos de seis meses, e isto leva em conta a delimitação temática, entre outras coisas. Um tema bem delimitado, bem fechado, poderá ser de pesquisa factível em período igual a seis meses, desde que as fontes de pesquisa estejam acessíveis e a questão não seja demasiado complexa ao pesquisador.

Voltando à viagem (= pesquisa). Ao procurar uma agência de turismo em busca de propostas, é necessário já ter delimitadas preferências e possibilidades. Assim, se não há tempo para longas ausências, uma viagem de sete dias poderá ser interessante. Se não há dinheiro para uma viagem ao estrangeiro, o Nordeste brasileiro ou a Serra gaúcha podem ser boas alternativas. Se o viajante é alérgico ao frio, clima quente é a opção. Se o pesquisador não tem tempo disponível para grandes elucubrações, um tema mais prático pode ser a alternativa. Se não domina um determinado idioma estrangeiro, será necessário escapar de análises comparativas ou pesquisas sobre autores que tornem obrigatório transitar por este idioma, e, assim, pode-se ir determinando o perfil da pesquisa que se deseja e que se pode fazer.

A explicitação da delimitação temática, normalmente, fica muito próxima ao futuro título da monografia. No projeto, deve-se escrever exatamente a delimitação temática, ou seja, no exemplo: “Do efeito suspensivo ao agravo de instrumento nas concessões de liminares em ações de alimentos: análise da jurisprudência do TJRS”.

⁶ ECO, Umberto. **Como se hace una tesis:** técnicas y procedimientos de investigación, estudio y escritura. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 37.

A esta altura do projeto, ainda não se deve justificar escolhas de delimitação temática.

c) Justificativa

Eis o espaço próprio para as declarações de relevância e importância do tema e de sua delimitação. Neste espaço, que se estrutura em texto articulado, com início, meio e fim, o autor do projeto tenta convencer que a pesquisa é imperiosa, que se debruçar sobre o tema é mais do que um desafio acadêmico, é uma missão social, jurídica ou profissional.

Existe um roteiro sugerido para a elaboração do texto, que pode ter cerca de três páginas: em primeiro, apontar a relevância do tema e sua delimitação para o meio social (ou seja, qual a relevância do tema para o cidadão que utiliza das ações de alimentos provisionais e precisa recorrer da concessão de uma liminar? Necessita ou não do efeito suspensivo ao agravo de instrumento?). Em segundo, informar a relevância do estudo do tema para o meio jurídico. Pensar que a exteriorização da pesquisa poderá alterar o modo de pensar e atuar de operadores jurídicos (advogados, juízes, promotores etc.), quando tiverem a chance de conhecer a monografia e as ideias ali esposadas. A seguir, informar a relevância para o meio acadêmico, observando que é justamente na academia que o Direito se oxigena, se transforma, se desconstrói e reconstrói com maior liberdade, ousadia e velocidade. Por fim, se conveniente, dizer da relevância do tema em termos pessoais e profissionais, observando seu consumo (próprio, do escritório, do órgão público a que se está vinculado etc.).

Escrever este trecho sem medos e buscando convencer em primeiro lugar a si próprio, mas também ao orientador, ao órgão financiador e a quem mais vier a ler o projeto de pesquisa.

Todos devem restar convencidos de que a pesquisa deve se realizar.

d) Problema(s)

O problema em um projeto de pesquisa constitui-se na(s) dúvida(s) norteadora(s) do agir e do pensar científicos. É a partir da indagação que o pesquisador parte rumo a uma resposta e aos seus fundamentos.

Não há projeto de pesquisa sem problema(s), que só será(ao) científicos se dele(s) decorrerem hipóteses e se disto puderem ser deduzidas, observadas e manipuladas as variáveis. O problema procura traduzir uma dificuldade, uma necessidade de maior explicação, um mal-estar com relação a determinado tema ou fenômeno que justifique a atuação de um pesquisador em prol de respostas robustas, fundamentadas, resolutoras.

Dessa forma, se a delimitação temática de um determinado projeto de pesquisa é a “Prática de Crimes por Menores de 18 anos”, o problema central de uma pesquisa poderá ser a indagação a seguir: “a antecipação da maioridade penal é alternativa à resolução da criminalidade juvenil?”.

Existe uma tendência muito forte, no meio acadêmico, pela redação dos problemas em formato de indagação e de maneira muito sintética (que ainda convive, portanto, com o formato tradicional, que consiste em redigir grandes textos com a exploração do problema, afirmando-os existentes).

Ainda, existem duas fortes práticas quanto à maneira de se preverem os problemas em um projeto de pesquisa, conforme a concepção que se tenha de problemas científicos.

Uma compreende que problema científico é apenas o problema cerne da pesquisa, ou seja, no exemplo supra, buscar a resposta sobre a eficácia da antecipação da maioridade penal para a diminuição da criminalidade juvenil. Daí decorreriam as correspondentes hipóteses e as respectivas variáveis. Por esse “sistema” de elaboração de projetos de pesquisa, tem-se certa simplificação na feitura do projeto e alguns problemas no

momento de visualizar os capítulos da futura monografia, problemas esses que se multiplicam no momento de iniciar sua redação.

A outra compreende que o problema científico poderá ser composto, multifacetado e estará seguindo uma escala lógica e crescente de complexidade. Vai-se das questões menos complexas às questões mais complexas de um determinado fenômeno. Assim, no mesmo exemplo, seria necessário partir de problemas básicos, como “o que é maioridade?”, “o que se traduz por maioridade penal?”, “em que implica a menoridade penal?”, “menores cometem crimes, no sentido legal?”, indo até o foco da questão, ou seja, “em que a redução da maioridade auxiliaria no enfrentamento da criminalidade juvenil?”. Com isso, demora-se um pouco mais na elaboração do projeto de pesquisa, mas tem-se a compensação de enxergar desde logo os futuros capítulos da monografia e seus respectivos tópicos.

Para este segundo “sistema” de problematização, de fato se poderia sugerir a compartimentação dos tópicos indagativos em eixos que se convencionarão chamar epistemológicos, descritivos e analíticos. Assim, o conteúdo de cada eixo seria, mais ou menos, o seguinte:

- A) Epistemológicos: conceitos, características, requisitos, natureza jurídica, evolução histórica etc.
- B) Descritivos: situação atual do fenômeno - descrição do estado legislativo ou jurisprudencial atual, sem incursões crítico-valorativas.
- C) Analíticos: onde através de incursões filosófico-axiológicas, de mecanismos de direito comparado, de análise de casos concretos, de varreduras jurisprudenciais e outras ferramentas, lograr-se-ia obter a análise do fenômeno a partir do(s) prisma(s) desejado(s).

É um bom exercício pensar que cada eixo corresponderá futuramente a um dos capítulos da futura monografia, uma vez

que atualmente se fala em monografias com três capítulos como monografias-padrão, admitindo-se números não muito maiores para monografias de maior envergadura científica, como dissertações de mestrado e teses doutorais.

Note-se que o chamado “plano francês” de pesquisa científica reparte em dois blocos a pesquisa e, por consequência, a própria monografia (de qualquer nível). Tendo em vista as tendências de redução na extensão dos trabalhos acadêmicos, cada vez mais se têm visto trabalhos repartidos em dois grandes blocos, para o que seria necessário manter-se o eixo A e unificarem-se B e C, ali se operando de forma descritivo-analítica.

A escolha de um “sistema” de problematização ou de outro é do autor do projeto de pesquisa, do acadêmico, que ouvirá seu orientador.

Elaborados alguns problemas, não há mais que se falar em “estaca zero” para o trabalho científico. Há um ponto exato de partida. No primeiro sistema, em verdade, o ponto de chegada. No segundo sistema, pontos de arrancada para cada item ou futuro capítulo e seus respectivos pontos de chegada.

Na introdução e na conclusão da futura monografia, deve-se fazer referência ao(s) problema(s), como se verá no item próprio.

e) Hipótese(s)

Se os problemas são indagações, pode-se dizer que as hipóteses serão respostas (ou tentativas de), a partir do conhecimento que se dispõe no momento da elaboração do projeto. Esta resposta, por óbvio, é provável, precária, provisória, no exato sentido do termo “hipótese”. Durante o labor investigativo, o pesquisador estará trabalhando para comprovar sua hipótese inicial, não sendo raras as circunstâncias em que, finda a pesquisa, o pesquisador conclui ter se equivocado em seus pensamentos iniciais.

As hipóteses são escritas na forma de assertivas afirmativas ou negativas, mas sempre em resposta aos problemas. É importante observar o “sistema” de problematização empregado pelo investigador:

- a) se problema único, hipótese única com possíveis desdobramentos;
- b) se problemas múltiplos e compartimentados, hipóteses da mesma forma organizadas.

No exemplo do problema único “A antecipação da maioria penal é alternativa ao enfrentamento da criminalidade juvenil?” ter-se-ia uma resposta positiva e/ou negativa, elaborada com maior vagar e preciosismo. Admitem-se ainda, nas hipóteses, citações como reforço aos argumentos do pesquisador.

Se os problemas forem vários, compartimentados, deve-se procurar seguir a ordem exata dos mesmos para as hipóteses. Assim, ao problema “1” corresponderá a hipótese “1” e, sucessivamente, tantas quantas forem necessárias. Esta “costura” entre os itens é muito observada na avaliação dos projetos de pesquisa.

f) Variável(eis)

Um dos tópicos de maior complexidade e pior compreensão no estudo e elaboração de projetos de pesquisa é este. Poucos manuais de monografias dedicam-se com profundidade ao tema das variáveis e, não raro, os pesquisadores deixam em claro este item do projeto, por não compreendê-lo.

As variáveis devem ser previstas, observadas e manipuladas: previstas e observadas, mesmo que em prospecção, em nível de vir a ser; manipuladas, para testagem e identificação dos possíveis efeitos de sua ocorrência para a pesquisa.

Prever as variáveis, assim como delimitar o tema, implica uma maior segurança para o investigador, uma vez que conseguirá antever e administrar as possíveis flutuações de sua pesquisa, não permitindo que a mesma perca conteúdo ou relevância e, ainda, redirecionando-a caso a variável ocorrente comprometa-lhe em essência.

Estas flutuações, em regra, derivam de circunstâncias alheias às trivialidades da pesquisa (triviais à pesquisa seriam o manejo normal das fontes, a comparação de correntes doutrinárias ou jurisprudenciais distintas etc.).

Voltando ao problema único: “A **antecipação da maioria penal** é alternativa à **resolução da criminalidade juvenil?**” Poder-se-ia ter como variável a própria antecipação da maioria penal, por lei que venha a entrar em vigor no curso da pesquisa. Esta variável seria chamada de independente, porque pode interferir ou não na resolução da criminalidade juvenil, que será outra possível variável, dependente daquela se comprovado que a antecipação foi decisiva para a resolução da criminalidade ou independente se sobrevier de um fenômeno cultural, religioso ou por outros motivos.

Procurando simplificar, pode-se dizer que as variáveis, normalmente, são interferências na pesquisa, decorrentes de circunstâncias alheias ao labor investigativo, longe de suas forças, mas previsíveis ou monitoráveis. Nas pesquisas jurídicas, poderiam ser um projeto de lei que vira lei, uma súmula cancelada, editada ou alterada, uma alteração legislativa, desde que todos afetem sobremaneira a pesquisa e suas hipóteses.

Prever as hipóteses constitui-se no exercício do “*E se ...*”. Então, *e se* a maioria penal for realmente antecipada e não levar a nada? *E se* resolver a criminalidade juvenil? *E se* a criminalidade se resolver em função de uma campanha, de uma estratégia social estatal?

Ao investigador jurídico exige-se muito mais do que mergulhar na doutrina. Exige-se que esteja conectado à realidade e

aos últimos acontecimentos. Consultas aos *sites* de poderes legislativos permitirão tomar conhecimento acerca de projetos legislativos em andamento (em âmbito federal e estadual), monitorando-os a fim de que não se tornem verdadeiras “bombas”, explodindo dias antes da banca de avaliação e tornando completamente inócuo todo o esforço investigativo realizado em fontes bibliográfico-documentais.

Além de prever o risco decorrente da variável à pesquisa, é necessário prever o impacto de sua ocorrência e as atitudes que deverão ser empregadas, conforme o tempo disponível.

As variáveis são escritas em forma de assertiva condicionada à ocorrência futura e incerta de determinado fato. Devem também guardar conexão com problemas e hipóteses, permitindo uma visão organizada do pensamento científico. Se o pesquisador trabalha com problema único, terá hipótese única e variáveis atreladas a ele. Se o pesquisador optou por trabalhar com problemas múltiplos, terá atreladas a estes as respectivas hipóteses e as respectivas variáveis (PROBLEMA A + HIPÓTESE A + VARIÁVEL A).

g) Objetivos

Ao definir os objetivos, o pesquisador declara o que fará em cada segmento de sua pesquisa e a finalidade com que o fará. Os objetivos são escritos de maneira breve, apontando ações voltadas a determinados fins. Iniciam geralmente por verbos no infinitivo. Dividem-se em gerais e específicos.

g. 1) Geral

O objetivo geral está relacionado diretamente ao tema e sua delimitação. É abrangente e revela a intenção de enfrentá-los cientificamente. Exemplificativamente, teria-se como objetivo geral de uma pesquisa a seguinte sentença: “Estudar se a antecipação da

maioridade penal é alternativa à resolução da criminalidade juvenil”.

Os objetivos também constarão na introdução da futura monografia.

g. 2) Específicos

Já os objetivos específicos apresentam um caráter mais concreto, pontual. Têm função instrumental que visa permitir de maneira mediata a consecução do objetivo geral e, de maneira imediata, atender a necessidades particulares da pesquisa. Na proposta de pesquisa tomada como exemplo, os objetivos específicos poderiam ser: a) coletar na doutrina especializada o conceito de maioridade penal a fim de uniformizá-lo; b) analisar Boletins de Ocorrência e documentos similares com o intuito de identificar a idade média dos delinquentes juvenis; c) examinar outras realidades em que a maioridade penal tenha sido reduzida para verificar o impacto disso na resolução da criminalidade juvenil.

Um projeto de pesquisa bem feito jamais deixa seu autor desamparado, principalmente no momento de iniciar a redação. Uma boa equação dos elementos até aqui vistos permite ao acadêmico o início da escrita da sua monografia, sem maiores embaraços. Observe-se:

PROBLEMA A + HIPÓTESE A + VARIÁVEL A + OBJETIVO ESPECÍFICO A = CAPÍTULO 1
--

h) Embasamento teórico

O embasamento teórico é espaço destinado no projeto à demonstração do estado atual do instituto ou fenômeno jurídico que se pretende estudar. Parte de uma descrição (estilo ensaio monográfico breve, com início, meio e fim) do tema, apresenta os

teóricos basilares (faz a revisão bibliográfica) conhecidos no momento e define termos e palavras-chave. Assim, o texto a ser escrito abordará:

h. 1) Teoria de base

Onde o pesquisador dará mostras das habilidades exigidas para o sucesso da futura monografia: pesquisa e redação. Fará um texto, articulado, com reforços de argumento (citações), coerência, consistência e concisão. Nele contará como o fenômeno se encontra na atualidade.

h. 2) Revisão bibliográfica

Indicará os teóricos ou as escolas teóricas que se dedicam ao tema na atualidade, bem como os que serão tomados como norteadores da pesquisa, sem prejuízo de outros que forem de necessária análise ou de descoberta ao longo da investigação.

h. 3) Definição de termos e indicação de palavras-chave

Alguns termos empregados na pesquisa podem não ser de conhecimento amplo, por serem estrangeirismos, específicos de outra área do saber ou inalcançáveis a uma boa parcela populacional. Da mesma maneira, talvez o termo esteja sendo empregado com outro significado ou trate-se de neologismo. Todas as hipóteses exigem que o pesquisador, de antemão, indique e esclareça o emprego de determinados conceitos em sua pesquisa.

Ainda, com finalidade instrumental, o pesquisador já identificará as palavras (ou expressões) chave que, conjugadas, poderão dar acesso às informações pertinentes à pesquisa, notoriamente em bancos de dados eletrônicos, como os de consulta jurisprudencial (*sites* de tribunais, p. ex.) ou até mesmo em *sites* de busca acadêmicos (*SciELO, ProQuest, Web of Science, CAPES,*

entre outros) ou populares (*Yahoo*, *Google* e similares). As palavras-chave são definidas e escritas no projeto, separando-se-as por pontos (ex: Maioridade penal. Criminalidade. Jurisprudência brasileira).

i) Metodologia

Por método deve-se entender *iter*, ou caminho, conjunto de técnicas, elucubrações e atividades que tendem a levar aquele que dele se utiliza a um determinado fim. Metodologia é, portanto, a parte da ciência que se destina a estudar tais caminhos, suas finalidades e efeitos ou, como disse Leon Armenta⁷, “*la metodología es el tratado del método, la descripción, el análisis y la valoración crítica de los métodos de investigación*” ou, em síntese, “*es la parte de la lógica que tiene por objeto el estudio científico de los métodos*”.

Método diferencia-se da mera técnica, já que o primeiro caracteriza-se como o caminho a seguir para obter um fim determinado, é a maneira de se alcançar um objetivo e, como estratégia, em seu desenvolvimento inclui a experiência prática, técnica e teórica do pesquisador que, por sua vez, é guiado pelas grandes funções intelectuais de análise, indução e dedução. A técnica faz parte do método, que consta de várias técnicas, mas, tampouco, pode ser entendido como um simples conjunto de técnicas. A técnica é a forma direta e concreta de aplicar os métodos e nos permite a aplicação de diversos métodos. Técnicas, assim como métodos, podem ser combinadas entre si. O fim geral de todo método e de toda técnica é tornar mais eficaz e eficiente a atividade humana, mediante mecanismos que se revelem mais adequados para a situação e o fim desejado.

No âmbito jurídico, então, temos a METODOLOGIA JURÍDICA (ou Metodologia do Direito), que é conceituada por Leon

⁷ LEÓN ARMENTA, Luis Ponce de. *Metodología del derecho*. México: Porrúa, 1996, p. 60.

Armenta⁸ como *“la parte lógica que tiene por objeto el estudio de los métodos específicos de la ciencia jurídica y los generales aplicables al derecho en el contexto de la teleología y la axiología jurídica”*.

Há dois entendimentos para o método de pesquisa jurídica, notadamente ligados a seus fins:

- a) em “sentido lato”, ou seja, o conjunto de instrumentos racionais, especialmente de caráter lógico, utilizados para examinar, conhecer e sistematizar objetos jurídicos, voltado para fins diversos, seja para a elaboração, pesquisa, ensino ou aplicação do Direito;
- b) em “sentido estrito”: compreendida como um conjunto de instrumentos e técnicas práticas voltadas para a realização correta de um estudo jurídico de cunho científico (eleição e delimitação do tema, planejamento do trabalho, coleta de dados e informações, redação de uma tese).

Ou seja, a Metodologia da Pesquisa Jurídica é ramo aplicado da Metodologia Científica que, conforme Mezzaroba⁹, tem por principal característica permitir a verificação dos resultados obtidos, a partir de raciocínios e técnicas perfeitamente identificados. Quando identificável o caminho seguido ao longo da pesquisa, é possível a compreensão do resultado obtido e de eventuais variações viáveis. Resumidamente, para o autor, “método científico é o caminho seguido pelo cientista na persecução de seus resultados investigativos almejados”.

O domínio dos métodos, instrumentos e técnicas de exame, conhecimento, reflexão e sistematização do objeto jurídico cada dia se revela mais necessário aos que se dedicam ao estudo ou à operação do Direito. As ciências oxigenam-se através das

⁸ LEÓN ARMENTA, Luis Ponce de. **Metodología del derecho**. México: Porrúa, 1996, p. 64.

⁹ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 49-50.

pesquisas: conceitos são (re)vistos e (re)definidos, novas técnicas e nuances são descobertas, lacunas são preenchidas.

Aponta Mezzaroba¹⁰, ainda, que a utilização de métodos científicos oportuniza transparência e objetividade na investigação que, assim, poderá ser submetida à verificação, uma vez que explicita com clareza os métodos e técnicas que foram adotados.

A metodologia da pesquisa jurídica, na atualidade, apresenta-se deveras complexa, eis que não requer do pesquisador o pleno domínio tão somente das técnicas e instrumentos próprios da pesquisa, como também da chamada metodologia filosófica, já que *“el problema de la investigación no puede detenerse exclusivamente en la escala científica, sino que, para llegar a ser sistemática, y, por lo tanto, fructífera, tiene que ascender hasta las esencias, hasta la metafísica¹¹”*. Hartmann¹², inclusive, aponta que *“el pensamiento sistemático de la actualidad debe designar-se con mayor claridad como pensar problematico”*.

Outro gerador de complexidade está na crescente valorização da pesquisa multi, inter e/ou transdisciplinar. Dessa forma, não se exclui a possibilidade de conjugação de métodos ou até de criação de novos métodos, desde que o pesquisador apresente todos os pressupostos e premissas utilizadas na construção de seu pensamento, a fim de permitir sua compreensão e verificação por quem quer que seja.

A pesquisa jurídica de caráter empírico, por exemplo, ainda se depara com certa aversão de parte dos juristas, e talvez o problema resida justamente no entendimento que se tem do termo “empírico”, que leva ao pensamento de um conhecimento não-

¹⁰ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 58.

¹¹ FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988, p. 70.

¹² *Apud* FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988, p. 70.

científico¹³, o que deve ser afastado. Fix-Zamudio¹⁴ aponta a necessidade do conhecimento empírico do Direito como única possibilidade de obtenção de novos elementos para o acervo dogmático, acrescentando que o Direito restaria mumificado no momento em que lhe fosse retirada a via através da qual pode respirar e alimentar-se, em sua dupla dimensão (ordenamento e disciplina científica), já que não teria maneiras de se adaptar às constantes variações da vida social, a qual pretende regular. No âmbito da pesquisa empírica, há a pesquisa de campo, que se encontra muito mais desenvolvida em outras ciências que no Direito. O Direito, por sua vez, aproveita a experiência, por exemplo, de uma ciência auxiliar a ele: a Sociologia, que desenvolve muitos estudos do tipo, cada dia mais aperfeiçoados e significativos. A pesquisa de campo pode se dar em diversos cenários e sobre diversos objetos. Assim, afirma Fix-Zamudio¹⁵ que nas ciências sociais é bastante comum a utilização da pesquisa documental (busca da gênese de textos legislativos, de decisões judiciais etc., bem como sua análise e (re)interpretação)¹⁶, aliada a

¹³ FIX-ZAMUDIO detecta três significados distintos, pelos quais podemos compreender a palavra “empírico”, enumera-as da seguinte forma: “a) *em primer término ... podemos entender el estudio de las fuentes directas de las normas jurídicas, o sea, el análisis de los códigos, leyes, reglamentos, ..., de las resoluciones de los tribunales ... incluyendo también a la observación de las costumbres ... b) en segundo nivel ... al conocimiento del campo jurídico cuando se pretende el conocimiento del cumplimiento real de las normas jurídicas y que no se refiere a la validez de los preceptos jurídicos ... sino a la eficacia o efectividad de las propias normas ... c) finalmente ... el estudio de los fenómenos sociales a través de los cuales se manifiestan y evolucionan las normas jurídicas; se logra su cumplimiento; o se explica la conducta de los sujetos previstos en las mismas normas etc.*” (FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988, p. 73-75)

¹⁴ FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988, p. 76.

¹⁵ FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988, p. 80.

¹⁶ Nesse aspecto, não se concorda com o autor, eis que se entende a pesquisa documental (documentos legislativos, jurisprudenciais, administrativos ou particulares sem qualquer tratamento analítico-interpretativo) como tipo próprio, ao lado da pesquisa de campo (que indaga acerca da realidade social à qual poderão servir os documentos) e da pesquisa bibliográfica (doutrina), constituindo-se três os tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo.

pesquisas em que a realidade social, política, econômica seja diretamente apreciada, principalmente quando determinante do Direito ou quando se queira buscar os reflexos do Direito nela. Para isso, técnicas e instrumentos de coleta de dados são hoje bastante difundidos, como a aplicação de questionários e a entrevista pessoal, onde os dados coletados, uma vez tabulados¹⁷ e analisados, podem levar a determinadas conclusões. Também a análise, *in loco* e pessoal, do objeto de estudo está constituindo uma prática bastante utilizada¹⁸, o que põe em xeque a questão do objetivismo científico, eis que, nesse caso, se revela bastante difícil o isolamento das inferências subjetivas na descrição, análise e reflexão do caso concreto.

i.1) Métodos de abordagem

Tratam da linha de raciocínio adotada no desenvolvimento do trabalho, constituindo-se nos procedimentos gerais, que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científico-acadêmica. Mezzaroba¹⁹ aponta serem estes métodos de organização do raciocínio que indicam como o pesquisador abordou o fenômeno estudado. O autor, ainda, diz que por questão de coerência os métodos de abordagem são excludentes entre si e constituem os chamados métodos

¹⁷ Com isso, a Estatística e os estatísticos adentram à metodologia da pesquisa jurídica e às pesquisas de campo, como auxiliares, já que o jurista, em regra, não tem o preparo para tal tratamento específico dos dados coletados. Da mesma forma, *softwares* são criados para auxiliar os juspesquisadores nessa tarefa, dedicando-se, então, mais às conclusões advindas dos dados do que à sua contagem propriamente.

¹⁸ Por exemplo, para estudar a problemática dos *sites* que exploram a pornografia infantil (um problema que preocupa o mundo), além do estudo teórico-normativo sobre o tema, faz-se necessária uma incursão no meio virtual, ou seja, a visitação e análise de tais locais. Da mesma forma, para analisar a questão do jogo ilegal ou do efetivo cumprimento do dispositivo constitucional que prega a função social da propriedade, faz-se necessária, em termos de Brasil, a verificação *in loco* do “sistema” que explora o “jogo do bicho” e, respectivamente, do Movimento dos Sem-Terra (MST).

¹⁹ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 61.

fundamentais (os auxiliares seriam os de procedimento e os de interpretação, portanto). São eles:

- a) *O método dedutivo*: baseado no raciocínio dedutivo, que é aquele cujo antecedente é constituído de princípios universais, plenamente inteligíveis, do qual se chega a um conseqüente menos universal. Deduzir é tirar como conseqüência, é inferir, concluir. A forma típica de argumentação dedutiva é o silogismo, no qual temos premissas maiores e menores e uma conclusão. Exemplo: todo menor de 16 anos é absolutamente incapaz. Antônio é menor de 16 anos. Logo, Antônio é absolutamente incapaz. No trabalho do jurista, o raciocínio dedutivo ocupa lugar de destaque, consistindo, por exemplo, em invocar a lei, demonstrar os fatos e formular o pedido. É um método limitador, uma vez que as conclusões jamais poderão ultrapassar o conteúdo de suas premissas²⁰.
- b) *O método indutivo*: é um raciocínio no qual, a partir de dados singulares ou parciais suficientemente enumerados, infere-se uma verdade universal. O argumento vai do particular para o geral, ao revés do método dedutivo. Por esse método, partindo do particular para o geral, estimula-se o cientista a identificar os princípios gerais e a conexão sistêmica dos institutos jurídicos e de seus antecedentes históricos. O propósito do raciocínio indutivo é chegar a conclusões mais amplas

²⁰ Mezzaroba distingue o método dedutivo do indutivo. Leciona que, no primeiro, a certeza das premissas é transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas. Já no segundo, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. O método dedutivo permite a adoção de uma teoria de base para analisar o fenômeno escolhido à sua luz. Seria, nos dizeres do autor, como adotar a Teoria da Sociedade para explicar o Estado Contemporâneo, desenvolvendo seu raciocínio a partir dela e nos limites dela (MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 67-8).

do que o conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado²¹.

- c) *O método hipotético-dedutivo*: é considerado lógico, por excelência. Acha-se historicamente relacionado com a experimentação, motivo pelo qual é bastante utilizado no campo das pesquisas naturais. Constitui tarefa assaz difícil estabelecer a diferença entre o método hipotético-dedutivo e o indutivo, já que ambos são fundamentados na observação²². Uma boa diferença reside no fato de que o método hipotético-dedutivo não se limita à generalização empírica das observações realizadas, podendo-se, através dele, portanto, chegar à construção de teorias e leis²³. Pelo método, partir-se-ia de conjecturas (hipóteses) formuladas na condição de respostas provisórias aos problemas apresentados, submetendo-as a um rigoroso processo de verificação (falseamento), de modo a aceitá-las ou refutá-las.
- d) *O método dialético*: dialética, para os gregos, era a arte do diálogo, do saber argumentar e contra-argumentar sobre determinados assuntos, consistentemente. É um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Andrade aponta que o método dialético é contrário a todo o conhecimento rígido: tudo é visto em constante

²¹ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 63.

²² O desenvolvimento do método hipotético-dedutivo é tributado a Karl Popper (1993), que, criticando o método indutivo, afirmou que a Ciência é capaz de atingir não a essência da verdade, mas sim probabilidades, querendo com isto dizer que uma teoria científica pode fornecer apenas soluções temporárias para os problemas, uma vez que uma eventual nova teoria poderá responder ao problema de forma diferente, refutando a primeira resposta. (MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 69)

²³ ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 112.

mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma²⁴. Nesse diapasão, encontra-se um segundo sentido para a dialética, designando o tipo de operação mental que torna possível promover a distinção das coisas, classificando-as, no intuito de melhor examiná-las²⁵. Hegel fez com que a dialética ocupasse um espaço cada vez mais relevante no campo filosófico, assumindo a forma infinita pela qual ainda hoje é conhecida: tese => antítese => síntese (nova tese, que reinicia o processo)²⁶.

- e) *O método sistêmico*: o sistema ou pensamento sistemático refere-se aos elementos que podem ser reunidos num mesmo conjunto, que segue uma mesma ordem organizativa²⁷. O método sistêmico ultrapassa tal limitação²⁸, já que o conjunto dos elementos sistêmicos deverá estar disposto em relação de interação também com o ambiente (contexto), ou seja, com elementos de fora do sistema. Há que se levar em conta também que não será possível analisar apenas o sistema e sua relação com o contexto; há inúmeros outros sistemas que interagem entre si e com o contexto, em constante dinâmica, e que devem ser observados e analisados concomitantemente (visão holística do fenômeno).

²⁴ ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 113.

²⁵ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 71.

²⁶ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 72.

²⁷ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 76.

²⁸ “Quando nos referirmos àquela primeira noção de sistema [...] usaremos o adjetivo sistemático. Então, você poderá fazer um estudo sistemático das normas tributárias brasileiras, estudando a sistemática tributária nacional, mas isso não faz de sua atividade um estudo sistêmico.” (MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 77).

i.2) Métodos de procedimento

Constituem etapas mais concretas de investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Não são exclusivos entre si, mas é necessário que se adaptem a cada área de pesquisa. Relacionam-se com as etapas do plano de estudos (e não com este em *lato sensu*, como os métodos de abordagem). Para a monografia jurídica, normalmente utilizam-se os seguintes métodos de procedimento²⁹:

- Histórico: consiste na investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na atualidade.
- Comparativo: realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e diferenças, explicando-as.
- Monográfico ou Estudo de Caso: consiste no estudo de determinados institutos, profissões, grupos, fenômenos, processos etc., com a finalidade de obter generalizações.
- Estatístico: redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e sua manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência e/ou significado.
- Tipológico: traz certa similitude com o método comparativo. Ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos ou modelos ideais, construídos a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno.
- Funcionalista: enfatiza as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade. Estuda a sociedade do

²⁹ ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 113-5.

ponto de vista de suas unidades, considerando toda a atividade social e cultural como funcional ou desempenho de funções³⁰.

- Estruturalista: parte da investigação de um fenômeno concreto, atingindo o nível do abstrato através da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada com a experiência do sujeito social.

i. 3) Métodos de interpretação

São, basicamente, métodos de interpretação aqueles que, em termos gerais, entendem-se como atos mentais tendentes a desvendar o sentido de uma expressão, vale dizer, o desdobramento de seu significado. Por conseguinte, não só se interpretam as leis, como também as expressões que apresentam um sentido, que tenham uma significação oculta. A escolha do método de interpretação jurídica implica uma definição político-ideológica. Exige assumir uma postura em relação à função do direito. O processo de interpretação supõe, por conseguinte, tomar partido por uma determinada escola jusfilosófica. Basicamente, podem ser os seguintes (sem exclusão de outros, eis que inclusive podem admitir a interpretação segundo um autor):

- Métodos Exegéticos: buscam descobrir o verdadeiro sentido e alcance da lei. Esse método tem suas origens na concepção divina dos reis, primeiros legisladores, e, depois, na concepção dos ideólogos da Revolução Francesa. A missão do intérprete é somente a de descobrir o espírito do legislador, contido no texto legal. Os procedimentos mais utilizados são os da interpretação

³⁰ Mezzaroba aponta os aqui indicados como métodos de procedimento funcionalista e estruturalista (indicando ainda outros tantos) como referenciais teóricos à pesquisa. (MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 92-6).

gramatical ou literal, interpretação lógica e interpretação histórica.

- Métodos Sistemáticos: Kelsen introduz a noção de sistema para o direito, no que se refere à sua compreensão, pois pensa que este deve ser compreendido como um sistema ordenado e hierarquizado.
- Métodos Sociológicos: o método sociológico parte do conceito de que o direito é um fenômeno cultural, um processo que se desenvolve no espaço e no tempo, é pensamento e conduta do homem para a regulação de sua vida social, em constante mutação em consequência de fatores exógenos e endógenos. Considera-se assim que o direito, igual às demais manifestações culturais, é objeto e conteúdo da história.

É possível, ainda, eleger um referencial teórico para interpretar as informações obtidas (fenomenológico, comportamentalista, empirista, positivista, neopositivista, marxista, sistêmico, etc)³¹.

i.4) Tipos de pesquisa

Pesquisa é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos³². Este conceito resume a opinião de diversos autores e dele se pode extrair um núcleo básico: lógica, problemas, métodos científicos. Sem a tríade, não se poderá falar em pesquisa.

É comum a repartição da tipologia da pesquisa nos seguintes tópicos que podem, por vezes, relacionar-se:

³¹ Neste caso, ver: MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 92-100.

³² ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 101.

→ Pesquisa quanto à natureza: pode ser um trabalho científico original ou um resumo de assunto. Ambas exigem rigor científico, ou seja, a diferença não está na forma, mas sim no resultado. Esta pesquisa (original ou não) ainda poderá ser:

- a) Quantitativa (medindo, mensurando) ou qualitativa (não mede dados, antes identifica sua natureza, pondera os dados obtidos, podendo ter uma etapa inicial quantitativa).
- b) Teórica (lastreada em farta, pertinente e atualizada bibliografia) ou prática (na área jurídica, notoriamente via pesquisa de campo).

→ Pesquisa quanto aos objetivos:

- a) Exploratória: na maioria das vezes, é passo prévio a qualquer pesquisa acadêmico-científica. Sem a exploração prévia do tema ou instituto, não será possível sequer sua delimitação e, muito pior, sua problematização.
- b) Descritiva: os fenômenos, fatos e opiniões são coletados, organizados, analisados, mas não manipulados pelo pesquisador, que se limita a compilar dados. São um meio-termo entre a pesquisa exploratória e a explicativa, diferenciando-se da chamada pesquisa prescritiva (que dita soluções para os problemas estudados).
- c) Explicativa: nela, o pesquisador, além de coletar, organizar e analisar os dados, tenta identificar fatores determinantes dos mesmos e, ainda, suas consequências e relações. É um tipo de pesquisa mais complexo.

- Pesquisa quanto aos procedimentos: observa-se a maneira pela qual se obtêm os dados, bem como o suporte em que se encontram os mesmos. Basicamente, fala-se em pesquisa documental (bibliográfica e documental propriamente dita) e em pesquisa de campo. Houve certa especulação com relação à pesquisa eletrônica, hoje já superada, entendendo alguns constituir a mesma um terceiro tipo de pesquisa. Afirma-se, atualmente, que no meio eletrônico pode-se fazer pesquisa documental *lato sensu* e também pesquisa de campo.
- Pesquisa quanto ao objeto: bibliográfico-documental, de laboratório ou de campo. Na área jurídica, é mais comum a utilização dos seguintes tipos de pesquisa (por ordem de frequência):
- a) Pesquisa Bibliográfica: desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Estudos exploratórios, pesquisas sobre ideologias, análise de diversas posições acerca de um problema são pesquisas que costumam ser realizadas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Junto com o termo pesquisa documental, é chamada por alguns autores de técnica de documentação indireta, sendo dita direta toda a restante³³.
 - b) Pesquisa documental: assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a bibliográfica

³³ ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 101.

utiliza as contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a documental vale-se de materiais que, basicamente, ainda não receberam um tratamento analítico.

- c) Pesquisa Levantamento: caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas (ou grupo de pessoas) cujo comportamento ou opinião se deseja conhecer. Este também pode ser identificado nos levantamentos de dados, diretamente de sua fonte/origem. Pode ser censitária ou por amostragem, e deve-se escolher a forma de coleta de dados previamente, submetendo-a a um pré-teste (validação do instrumento). Exemplo: levantamento de quantos processos existem em determinada unidade judiciária e de quanto tempo levam em sua tramitação de 1º grau ou indagação aos julgadores de determinada região, buscando padrão de julgamento para problema suposto e ainda não concretizado em demanda judicial.
- d) Pesquisa Estudo de Caso: estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu detalhado conhecimento. Exemplo: análise de um determinado processo (caso) paradigmático.
- e) Pesquisa-Ação: objeto de muita controvérsia quanto à sua característica de pesquisa (devido à possível perda da objetividade em virtude do envolvimento entre o objeto de estudo, o problema e o pesquisador). Tem caráter participativo, ou seja, exige o envolvimento ativo do pesquisador e a ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos com o problema. Exemplo: análise da atuação do Conselho Tutelar na defesa dos interesses de crianças e adolescentes, sendo o próprio pesquisador um conselheiro. Tem caráter eminentemente descritivo e nisto diferencia-se do tipo seguinte.

f) Pesquisa Participante: apresenta o mesmo problema da anterior, ou seja, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Envolve situações valorativas, derivadas sobretudo do humanismo-cristão e de concepções marxistas. Destinada, principalmente, à pesquisa junto a grupos específicos: índios, sem-terras, operários etc.³⁴.

j) Ordenação da monografia e esboço do sumário

Neste item do projeto de pesquisa, esboça-se como a futura monografia se organizará em seus elementos. É preciso consultar as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a fim de lançá-los por completo e na sequência correta. Além disso, o pesquisador ainda indica como pensa organizar o desenvolvimento de seu trabalho, ou seja, como os capítulos serão sequenciados e internamente organizados.

Atualmente, a ABNT dispõe sobre os elementos das monografias³⁵. Destaca-se que nem todos os itens são obrigatórios às monografias de graduação e especialização³⁶, sendo pertinentes apenas às monografias de Mestrado e Doutorado.

1. Capa Institucional
2. Capa padrão ABNT
3. Lombada*
4. Folha de Rosto
5. Ficha Catalográfica*

³⁴ No caso das pesquisas *d*, *e* e *f*, acrescenta-se à monografia, no apêndice, o relatório da pesquisa de campo.

³⁵ Toma-se a liberdade de acrescentar alguns itens, porque de exigência rotineira na maioria das Instituições de Ensino Superior.

³⁶ Especificamente, não colocar Lombada e Ficha Catalográfica em monografias de graduação e especialização (*). A errata encadernada também não é aconselhável (**).

6. Errata**
7. Folha de Aprovação
8. Dedicatória
9. Agradecimento(s)
10. Epígrafe
11. Resumo em Português
12. Resumo em outro idioma
13. Listas
14. Sumário
15. Introdução
16. Desenvolvimento (capítulos)
17. Conclusão
18. Referências Bibliográficas
19. Obras Consultadas
20. Apêndice(s)
21. Anexo(s)

k) Cronograma

O cronograma é importante para o investigador, para seu orientador e também para eventuais terceiros envolvidos (órgão de fomento à pesquisa, por exemplo). Ele se desenvolve dentro de dois termos: inicial e final. Da data de início ao término derradeiro da pesquisa, diversas atividades devem ser desenvolvidas pelo pesquisador, seu orientador, bolsistas, técnicos contratados etc. É importante recordar que algumas tarefas podem ser desenvolvidas concomitantemente, outras não – circunstância que o cronograma deve retratar.

Ao fazer o cronograma, o pesquisador deve ter em mente prazos institucionais para término da pesquisa (ou de algumas de suas etapas), sua disponibilidade, ritmo de trabalho e, por cautela, dispor de alguma reserva técnica, para os tradicionais imprevistos. Lembrar o que Umberto Eco diz: uma monografia não se faz em menos de seis meses, tampouco em mais de três anos.

Uma monografia acadêmica comum tem passos básicos, para os quais o investigador deverá destinar um tempo determinado, de acordo com o que dispõe e o que pode. O formato do cronograma poderá ser variado: texto ou tabela. No primeiro caso, indicar a tarefa e o tempo que se pretende gastar com o mesmo (ex.: projeto de pesquisa: de março a abril/2008); no segundo, a tabela terá uma coluna com diversas atividades dispostas nas linhas e, nas colunas subsequentes, os meses e anos em sequência, registrando-se com “x” o tempo que se pretende gastar com cada atividade (linha). Podem-se sugerir os seguintes itens para o cronograma do projeto de pesquisa:

1. Definição do Tema
2. Escolha do Orientador
3. Busca de Materiais para o Projeto de Pesquisa
4. Elaboração do Projeto de Pesquisa
5. Entrega do Projeto de Pesquisa
6. Coleta de Materiais para a Monografia
7. Leitura crítica e seleção dos materiais
8. Redação do 1º capítulo
9. Correção do 1º capítulo (orientador)
10. Ajustes no 1º capítulo
11. (repetir itens 8, 9 e 10 para os demais capítulos)
12. Realização da pesquisa de campo
13. Tabulação dos dados obtidos na pesquisa de campo
14. Confeção do Relatório da Pesquisa de Campo
15. Redação da conclusão da monografia
16. Redação da introdução da monografia
17. Redação do Resumo da monografia
18. Redação do Resumo em outro idioma
19. Verificação gramatical e ortográfica
20. Formatação
21. Encadernação
22. Entrega da versão impressa e digital da monografia
23. Preparação para a banca
24. Realização da Banca Avaliadora
25. Realização das correções sugeridas pela Banca
26. Entrega da versão definitiva

l) Orçamento

Item importante, especialmente se o projeto será enviado a algum órgão ou agência de fomento à pesquisa, o\ orçamento prevê e distribui os gastos com a pesquisa, bem como os aportes financeiros previstos ou necessários a satisfazê-los. Deve prever despesas e gastos com:

- Pessoal: bolsistas, estatísticos, técnicos em informática etc.
- Material: materiais de expediente e despesas de materiais consumíveis (papel, canetas, fotocópias, encadernações etc.) e não-consumíveis que, por vezes, devem retornar à entidade financiadora ao final da pesquisa (computadores, impressoras, máquinas de fotocópias etc.).

m) Instrumento(s) de pesquisa de campo

Se houver previsão de pesquisa de campo, o projeto já deverá trazer os instrumentos que serão aplicados ao longo da mesma (questionários, tópicos para entrevistas etc.).

n) Referências bibliográficas do projeto

Ao final do projeto de pesquisa, indicar os materiais bibliográficos utilizados para sua elaboração, abrangendo suas diferentes fases e necessidades: aspectos metodológicos, referencial teórico e revisão bibliográfica.

Observar que os elementos indicados como referências do projeto deverão ter sido efetivamente manuseados. Por isso, sugere-se que leituras ainda não realizadas sejam acomodadas em outra listagem, sob o título “Obras a consultar”.

1.4 Organizando a Entrega do Projeto de Pesquisa

a) Colaboração e concordância do orientador

Com a ideia relativamente delimitada, como predito, é chegado o momento de procurar o professor orientador, que deverá então acompanhar o pesquisador na estruturação do próprio projeto de pesquisa e, obviamente, na elaboração da futura monografia.

A maioria das instituições tem exigido a entrega do projeto de pesquisa em épocas apropriadas (conforme o calendário acadêmico) com a anuência expressa e escrita do orientador escolhido.

Se, entretanto, o projeto for realizado como requisito para seleção em programa de pós-graduação, em regra, dispensa-se a anuência do futuro orientador. Como tais circunstâncias variam de instituição para instituição, sugere-se a consulta prévia ao setor apropriado, para evitar maiores dificuldades.

b) Forma

Sugere-se a observância da Norma Técnica própria (NBR 15287:2011) e, em suma, da seguinte sequência de elementos:

1. Capa institucional: se existente, utilizá-la, sem alterações – *elemento obrigatório conforme a IES.*
2. Capa ABNT: ver nos anexos o padrão ABNT para fins de disposição dos elementos: instituição e curso, autor, título do projeto, local e data – *elemento opcional.*
3. Folha de Rosto: ver nos anexos o padrão ABNT para fins de disposição dos seguintes elementos: autor, título, texto justificador, professor orientador, local e data – *elemento obrigatório.*

4. Folha de Aprovação/Anuência do professor orientador: em linhas breves, o orientador declara que concorda em orientar a pesquisa, aprovando o projeto para os fins institucionais. Modelo disponível nos anexos – *elemento obrigatório conforme a IES.*
5. Dados de identificação breve: título do projeto, autor do projeto, professor orientador, área de concentração, linha de pesquisa, duração da pesquisa, instituições envolvidas com a pesquisa. Alinhar todos os itens à margem esquerda e preenchê-los na primeira linha subsequente à sua chamada. Modelo disponibilizado nos anexos deste livro – *elemento recomendado para seleções de mestrado e doutorado.*
6. Sumário: ver nos anexos o padrão ABNT para fins de disposição dos elementos: título, entradas e numerações – *elemento obrigatório.*
7. Elementos textuais do projeto: em página seguinte aos dados de identificação breve, seguem-se os elementos textuais do projeto de pesquisa, conforme vistos, sem quebras de página ou interrupções, um após o outro, observando-se os padrões mínimos da ABNT (margens, tamanho da fonte, espaço entre linhas, citações etc.), não havendo, em regra, limite mínimo ou máximo de páginas para sua elaboração.

Diretrizes para monografias jurídicas

Feito o Projeto de Pesquisa, o pesquisador já pode iniciar a redação de sua monografia. Obviamente, não são admissíveis erros de ortografia, concordância etc., por isso a revisão é imprescindível. Além disso, a monografia deve seguir uma coerência no que toca ao tempo verbal: presente (o futuro deve ser empregado apenas no projeto de pesquisa). Recomenda-se, ainda, que o autor escreva a monografia em tom impessoal, utilizando expressões como pensa-se, no lugar de pensamos. Jamais utilizar a primeira pessoa do singular (penso), procurando escrever em estilo simples, porém juscientífico.

Neste último aspecto, há que se cuidar a extensão dos parágrafos. A tendência é que cada vez sejam mais curtos, objetivos, diretos. Mesma observação se faz no que toca às notas de rodapé e citações longas (as que ultrapassam 3 linhas de margem a margem da folha). Vale a máxima de que o menos (desde que qualificado) é mais.

Tomando os cuidados acima, o autor já terá evitado boa parte das críticas e decréscimos avaliativos normalmente feitos em bancas de avaliação.

2.1 Impressão do Trabalho Acadêmico

O Trabalho Acadêmico, normalmente, possui avaliação dúplice (pelo trabalho escrito e pela defesa oral); assim, pertinente é a preocupação com o aspecto externo do mesmo, inclusive

quanto ao papel a ser utilizado quando de sua impressão. O trabalho deve ser impresso em papel branco ou reciclado, com tinta preta, em folha tamanho A4 (297mm x 210mm), facultando-se a utilização do verso e anverso da folha, conforme a NBR 14724:2011.

2.2 Encadernação

Os cursos jurídicos, em regra, fornecem capas institucionais que, quando existentes, devem ser utilizadas sem alterações. Consultar, ainda, se há alguma exigência quanto ao método de encadernação (espiral, costurado, capa dura etc.).

A lombada, se exigida, é composta pelo título da monografia e o nome completo de seu autor. Consultar o setor institucional responsável sobre outras exigências, uma vez que alguns Programas de Pós-Graduação, por exemplo, pedem que conste na lombada, ainda, o número referente à ordem de defesa da dissertação/tese na história daquele programa.

2.3 Fontes

A ABNT silencia a respeito dos tipos de fontes (ou tipos de letras). Já quanto ao tamanho destas, a NBR 14724:2011 recomenda o tamanho 12 para o texto e tamanho menor para as notas de rodapé e citações longas (*vide* tópicos específicos). Para destaques ou ênfases, usa-se alternativamente (e não cumulativamente) sublinhado, negrito ou itálico, recomendando-se o primeiro frente aos demais, uma vez que o penúltimo serve às referências bibliográficas (ao indicar o nome da obra) e o último aos estrangeirismos.

Não há regra que obrigue a adoção de determinados efeitos gráficos nas subdivisões da monografia. Tradicionalmente, seu uso indica hierarquia e organiza visualmente o trabalho. O estilo

adotado deve ser perseguido por todo o trabalho e refletir-se no sumário.

Na falta de criatividade ou insegurança do investigador, pode-se observar as seguintes sugestões:

TÍTULO 1 = 1 MAIÚSCULO => pode ser cumulado com negrito;

Título 2 = 1.1 Minúsculo e negrito => pode ser cumulado negrito;

Título 3 = 1.1.1 Minúsculo => normal, podendo ser cumulado com sublinhado ou itálico

Título 4 = 1.1.1.1 Minúsculo => normal

Referências Bibliográficas, Obras Consultadas não devem aparecer numeradas, quer no corpo do trabalho, quer no Sumário, e estarão centralizadas e a 8cm da margem superior (física) da folha.

Resumo e Abstract seguem a mesma regra de alinhamento e não farão parte do Sumário.

2.4 Paginação

Nos Trabalhos Acadêmicos, a numeração deve estar ao alto da página, no canto superior direito da folha, salvo quando impressas no verso. Detalhes importantes:

- a) Todas as folhas do trabalho a partir da folha de rosto devem ser contadas sequencialmente, mas não serão numeradas até a introdução (NBR 14724:2011).
- b) A partir da introdução e até o final do trabalho, a numeração deve aparecer em algarismos arábicos e de forma progressiva.

2.5 Margens

Sempre contadas da borda física da folha, devem ser reguladas e mantidas desde a capa do trabalho. Em caso de trabalhos muito extensos (com muitas páginas), não aumentar a margem esquerda (com o fito de permitir/facilitar a leitura), mas sim repartir o trabalho em tomos ou volumes. As margens atualmente em vigor são as seguintes:

Margem esquerda: 3cm

Margem direita: 2cm

Margem superior: 3cm

Margem inferior: 2cm

- Em caso de impressão verso/anverso, as margens direita e esquerda do verso se alteram para: esquerda 2cm e direita 3cm.
- Sugere-se que o texto seja justificado no espaço entre tais medidas.
- Os títulos de início de sumário, referências etc. (ditos não numerados) devem ser centrados na página, a 8cm da borda superior do papel, mantendo-se as demais margens.
- Os títulos que abrem seções textuais (introdução, conclusão e capítulos) são numerados, devem ser alinhados à esquerda, a 3cm da borda superior. Os demais subtítulos virão na sequência do texto, sempre à margem esquerda. Sempre que título ou subtítulo ultrapassarem uma linha (em extensão, porque longos), a segunda linha deve ser alinhada abaixo da primeira letra.

2.6 Espaços

Entrelinhas do texto: o padrão é espaço um e meio (1,5), conforme a NBR 14724:2011. Entrelinhas de notas (de rodapé ou de fim), citações, referências bibliográficas e itens do sumário: espaço simples.

#ficaadica:

Deve-se deixar uma linha (ou um *enter*) em branco entre os títulos/subtítulos/citações longas e o que os precede ou sucede. Mas não se devem deixar espaços entre os parágrafos do texto.

2.7 Alinhamentos

Alinham-se os elementos observando o espaço da chamada “mancha gráfica”, ou seja, o espaço útil da folha, sobrando após o ajuste de margens. Apesar de não haver indicação clara nesse sentido, recomenda-se (por conforto estético-visual) que todos os textos (incluindo-se as notas de rodapé), quando possível, sejam justificados. Assim, cada elemento terá suas peculiaridades, veja-se:

- Capa: todos os itens são centralizados.
- Folha de rosto: elementos centralizados, à exceção do texto em que se indicam a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração, que deve ser alinhado do meio para a direita.
- Títulos com indicativo numérico: à margem esquerda.
- Títulos sem indicativo numérico: centralizados.
- Citações longas: a 4cm da margem esquerda.
- Referências Bibliográficas ou Obras Consultadas: à margem esquerda.

- Notas de Rodapé: mantendo-se livre o espaço abaixo do número indicativo (ou seja, alinhando-se a partir da primeira letra da primeira nota).

2.8 Parágrafos

Iniciam-se a 1,5cm da margem esquerda (utilizar a régua do Word). O indicativo numérico de uma seção (ou subseção) precede seu título, é alinhado à esquerda e separado por um espaço de caractere – feito com o espaçador do teclado (títulos numerados são alinhados à esquerda – 14724:2011).

Nas citações longas que se iniciem em parágrafos nos seus originais, deve-se observar o mesmo: 1,5cm de recuo na própria citação que, no caso, já estará a 4cm da margem esquerda da página. Caso não inicie por parágrafo no texto original, iniciar a 4cm da margem esquerda.

2.9 Citações

Deve-se tomar cuidado na sua utilização. Indicar sempre a fonte de onde se retira a informação (em citações diretas ou paráfrases) e procurar não tornar a monografia uma mera reunião de citações. As citações têm a função de reforçar o argumento em determinados assuntos, por isso é necessário ter bom senso. Para acertar na sua forma, observar primeiramente se a citação é indireta ou direta e, neste último caso, longa ou breve. Veja-se:

- Indiretas (paráfrase): onde é expresso o pensamento do autor pesquisado com as palavras do pesquisador. Indicar o nome do autor e registrar o ano da publicação da obra pesquisada entre parênteses, logo ao lado (sistema autor-data). Como alternativa e com a finalidade de limpar o texto (tendência atual), pode-se fazer a referência da obra (completa na primeira vez que se a cita e resumida nas

seguintes) na nota de rodapé. Escolher apenas um dos sistemas para a indicação das referências bibliográficas, que, portanto, se excluem mutuamente: autor-data ou nota de rodapé.

- Diretas (textual): onde são transcritas as palavras do autor, *ipsis litteris*. Podem ser breves ou longas. A fonte deve ser sempre indicada (sugere-se colocá-las nas notas de rodapé).
- a) Quando longas (que ultrapassam três linhas de texto corrido, de margem a margem), iniciam-se a 16 toques (ou 4cm) da margem esquerda, são escritas em tamanho menor (NBR 14724:2011), com espaçamento simples entre as linhas, sem efeito itálico, sem aspas duplas.
- b) Quando breves (até três linhas de margem a margem), ficam inseridas no corpo do texto, mantendo-se o tamanho da fonte usual e o mesmo espaço entre as linhas. Deve-se, no entanto, colocá-lo entre aspas e sem o efeito itálico (NBR 10520:2002). As aspas simples serão utilizadas para indicar citação no interior da própria citação.

#ficaadica:

- Utilizam-se reticências entre colchetes [...] apenas quando houver supressão de trechos dentro do texto citado ou quando o trecho citado não é uma sentença completa (começou-se da metade, suprimiu-se seu meio ou encerrou-se antes de seu término) – NBR 10520:2002.
- Interpolações pessoais e comentários também devem ser feitos entre colchetes [comentários] – NBR 10520:2002.
- Para enfatizar trechos das citações, utilizar o sublinhado ou o negrito, informando ao final da citação e entre parênteses grifou-se. Se o texto original contiver algum

trecho destacado em negrito, informar: grifo do autor, também entre parênteses – NBR 10520:2002.

2.10 Notas de Rodapé

Tamanho menor que o utilizado ao longo do texto, espaço simples, texto justificado, alinhado a partir da primeira letra da nota, deixando-se o espaço abaixo do número da nota livre. Não há espaços entre uma nota e outra. Destinam-se a diversos fins, entre eles indicar a origem de uma citação feita no corpo do texto (no caso, se chamará de Nota de Referência), constituindo-se em sistema alternativo ao autor-data. Podem trazer, ainda, explicações, acréscimos, comentários, comprovações, remissões, traduções etc. (quando serão chamadas de Notas Explicativas). Estarão sempre apostas ao final da página, separadas do texto por um traço de aproximadamente 1/3 da largura útil da folha (descontadas as margens, portanto), o que corresponderia a aproximadamente 20 toques (5cm) a partir da margem esquerda. As notas de fim de capítulo ou de fim de trabalho, por serem pouco práticas, devem ser evitadas nas Monografias Jurídicas.

2.11 Fontes Bibliográficas

Nas monografias que se utilizem de fonte bibliográfica, será necessário referi-las, tenham sido citadas expressamente ou não. Assim, o monógrafo deverá escolher qual sistema utilizará quando da redação da primeira referência em seu texto (normalmente em função de alguma citação feita): ou sistema autor-data ou sistema de notas de rodapé.

Nas indicações durante o texto: podem ser feitas com as referências entre parênteses (AUTOR, ano de publicação, página), em notas de rodapé ou em lista no final do capítulo ou no fim do

trabalho (*vide* item específico)⁴⁰. Sugere-se a utilização do sistema das notas de rodapé, para o que se deve ter algum cuidado com a formatação do texto (não raro, as notas deslocam-se, afastando-se de sua chamada). De acordo com a NBR 6023:2002 cumulada com a NBR 10520:2002, a primeira citação de uma fonte deve trazer seus dados completos (normalmente: autor, obra, local, editora, ano, página), e as subsequentes podem ser abreviadas (autor, obra e página), o que leva à conclusão, por alguns, que caíram em desuso as expressões *idem*, *ibidem*, *op. cit.*, entre outras.

Sobre as indicações em listagem ao final do trabalho (Referências, Referências Bibliográficas, Obras Consultadas) *vide* item específico, a seguir.

2.11.1 Referências bibliográficas

Antes de tudo, é importante destacar o equívoco na utilização de lista sob a denominação singela e amplíssima de bibliografia. A ABNT dedica-se a explicar o tema, e alguns autores indicam a necessidade de se dispor de dois setores nas monografias científicas: as referências bibliográficas (obras utilizadas no trabalho) e as obras consultadas (obras que mesmo não mencionadas no trabalho foram consultadas pelo autor). Pode-se dizer que ambas têm função informativa acerca das fontes do trabalho, permitindo a quem quer que tenha acesso ao mesmo a conferência das fontes e a compreensão, pelo material utilizado, da linha de raciocínio adotada. A escolha de uma ou outra listagem, bem como a nomenclatura que se emprestará à mesma, apesar das considerações supra, ainda gera grande polêmica. Por isso, aconselha-se partilhar com o professor orientador dessa decisão.

Devem-se observar, quanto às mesmas, seus elementos e forma de disposição.

⁴⁰ Destaque-se que a ABNT preconiza formas diversas de referenciação, à escolha do autor da monografia. Entretanto, uma vez escolhida uma das formas, esta deve ser seguida do início ao fim do trabalho.

- a) Elementos: são os componentes de uma informação bibliográfica (seja nas referências bibliográficas ou nas obras consultadas); dividem-se em essenciais e complementares. Os elementos essenciais são aqueles que não podem faltar, sendo obrigatórios, portanto (autor, título, edição – a partir da 2ª, local, editora, ano de publicação). Já os elementos complementares são opcionais e não-obrigatórios e têm por função somente auxiliar para uma melhor caracterização das obras (exemplos: páginas consultadas; total de páginas da obra; indicação da série, coleção, caderno, suplemento; indicação do volume, tomo, fascículo; indicador da periodicidade de publicação – se revistas; indicador de coluna ou caderno – se jornais etc.).

Já existem os que advogam a ideia de que em tais listagens apenas devem constar as obras (fontes bibliográficas), sendo que documentos devem ter sua fonte informada em nota de rodapé, e as informações oriundas de pesquisa de campo, nos anexos.

- b) Como referir?

Trabalha-se com chaves-padrão, ou seja, para determinados tipos de materiais, sempre os mesmos elementos, dispostos da mesma forma e com a mesma pontuação entre os mesmos⁴¹.

Inicia-se, sempre (salvo ausência do dado), pelo nome do autor que virá em maiúsculas e os prenomes em minúsculas, após uma vírgula (SILVA, João Souza). Quando o nome contiver um indicativo de parentesco (júnior, filho, neto etc.), este também segue em maiúsculo e por extenso (SILVA NETO, João Souza). Se o

⁴¹ Ver exemplos no anexo 31 deste livro.

sobrenome contiver partículas (de, da etc.), essas aparecem junto ao prenome (SILVA, João da). Quando houver mais de um autor: a nova versão da NBR manda citar todos até o número de três, separando os nomes por ponto e vírgula. Quando houver mais que três autores, deve-se utilizar a expressão latina *et al.* (que significa “e outros”) logo após o nome do primeiro autor (SILVA, João Souza *et al.*). Quando há organizadores ou coordenadores (obras coletivas), coloca-se o nome do organizador na forma padrão e, logo após isso, entre parênteses e abreviadamente, a designação correspondente abreviada de Organização ou Coordenação (SILVA, João Souza (Org.) ou (Coord.)). Podem ser abreviados os prenomes e, caso assim se opte, deve-se tomar o cuidado para que todas as referências (nas notas de rodapé ou na listagem final) estejam com mesmo formato (SILVA, J. S.).

Nos textos sem autoria, a referência inicia pelo próprio título, cuja primeira palavra (e partículas a, da etc.) deve ser escrita em maiúsculas. Quando o autor for uma entidade (organização, associação etc.), seu nome deve ser escrito em maiúsculas e por extenso.

Nas traduções, indica-se o nome do tradutor e a situação de texto traduzido logo após o título da obra. O nome do autor, portanto, permanece na referência. O título original do livro segue depois de referenciada toda a obra (SILVA, João Souza. Metodologia do ensino jurídico. Traduzido por José de Oliveira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Tradução de: *Metodología de la enseñanza jurídica*).

O segundo elemento de destaque é o título da obra: indicá-lo tal como na obra, mesmo que extenso. Os subtítulos podem ser suprimidos. Quanto aos destaques de tipografia, a ABNT não traz nada obrigatório a respeito e recomenda-se a utilização do negrito para tal.

Número da edição: a primeira edição não precisa ser mencionada, pois se subentende que na ausência de indicação trata-se da 1ª edição. Obrigatoriamente indica-se, a partir da 2ª

edição, com algarismo arábico seguido de ponto e da abreviatura “ed.” (2. ed.). Se houver acréscimos, atualizações e revisões, esses também podem ser informados na sequência e abreviadamente (2. ed. rev. e atual.). A indicação de edição constará logo após o título da obra.

Dados de contextualização, tais como local, editora e ano da publicação: o local (cidade) é separado do nome da editora por dois pontos (:) e esta do ano por vírgula, finalizando com um ponto. (São Paulo: Atlas, 2008.). Quando algum dado for desconhecido ou não informado, registram-se em seus respectivos locais e abreviadamente as seguintes expressões: s.l. (sem local), s.n. (sem nome de editora), s.d. (sem data).

As fontes eletrônicas, notadamente a internet (sem desprezo dos *chats*, correios eletrônicos e listas de discussão), têm sido bastante utilizadas para consultas. Algum cuidado deve ser tomado nesse aspecto. Primeiramente, para fins de comprovações e até mesmo como garantia do pesquisador, deve-se procurar imprimir o material consultado ou salvá-lo em arquivo (cuidar para não salvar apenas o atalho), visto que o que hoje está na internet pode amanhã não estar mais ou ter sido sensivelmente alterado. Os elementos de tal referência são os seguintes:

NOME, Prenome. Título. **Site ou Revista**, Local, volume/ano, número, data. Disponível em: <...>. Acesso em: dia mês(abreviado) ano.

Existem dois sistemas de ordenação das referências: o numérico e o alfabético, e deve-se eleger um, sendo vedada sua mescla. Detalhamentos:

→ Pelo sistema numérico, as referências devem aparecer na mesma ordem do texto, com números arábicos (separados do nome do autor por um espaço em branco). A margem da segunda linha em diante deve estar

alinhada na primeira letra (e não mais na terceira, como antes estabelecia a norma). O espaçamento entre as linhas será simples e haverá uma linha a mais (um *enter*) entre uma referência e outra.

- Pelo sistema alfabético, as referências são reunidas em ordem alfabética e sem numeração, sendo alinhada a segunda linha na margem esquerda (ou seja, sem qualquer recuo). O espaçamento entre as linhas é simples e utiliza-se uma linha em branco entre uma obra e outra.

Na listagem de obras consultadas, quando o autor for citado mais de uma vez, com obras distintas: substituir seu nome por um traço equivalente a seis espaços, a partir da 2ª referência. Da mesma forma, pode-se proceder para substituir o título de obra referenciada mais de uma vez (quando, por exemplo, se consultaram duas edições distintas de um mesmo livro).

- Nas notas de rodapé ou no sistema autor-data, o número da página (ou o trecho de páginas) de onde foi retirado o texto ou ideia deve ser informado. Já nas listagens do final do trabalho, não.
- Expressões latinas: cuidar ao utilizá-las, tendo a certeza de seu perfeito enquadramento à situação. Mais comuns⁴²:

- . *apud*: citado por, conforme, segundo
- . *idem* ou *id.*: o mesmo (autor)
- . *ibidem* ou *ibid.*: no mesmo lugar, na mesma obra
- . *opus citatum* ou *op. cit.*: obra já citada ao longo do trabalho
- . *passim*: aqui e ali, em diversas passagens (quando se utilizam diversos trechos de uma determinada obra)

⁴² HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 191-7.

- . *Loco citato* ou *loc. cit.*: no lugar citado (mesmo trecho de páginas de obra já citada)
- . *Sequentia* ou *et seq.*: seguinte, que segue, as próximas (páginas)

2.12 Folha de Aprovação

Elemento obrigatório pela NBR 14724:2011, não tem um formato padrão, mas sim elementos básicos. Assim, deve conter:

- a) Nome do autor do trabalho
- b) Título e subtítulo do trabalho (por extenso, sem abreviaturas)
- c) Natureza e finalidade do trabalho
- d) Local e data da aprovação
- e) Nome, assinatura e instituição dos componentes da banca examinadora

Consultar, se necessário, modelo nos anexos deste livro.

2.13 Dedicatórias

Elemento opcional.

Dedicar o trabalho a alguém equivale a presentear esse alguém, em virtude de querer render-lhe homenagem, por sua importância ou outros motivos de ordem pessoal. Recomenda-se reduzir a extensão do texto da dedicatória ao máximo, buscando generalizar quanto às pessoas e ser bem pontual quanto aos motivos. Cuidar para não confundir com os agradecimentos. Aconselha-se o alinhamento da direita para a esquerda e a utilização de apenas um quarto da página, localizado na sua metade inferior (ou um quadrante).

2.14 Agradecimentos

Elemento opcional.

Pode-se agradecer às pessoas e entidades que colaboraram decisivamente para a elaboração do Trabalho Acadêmico ou para o término do curso, do qual normalmente o trabalho acadêmico é a última exigência avaliativa. O agradecimento deve ser breve e sincero, indicando os motivos (se possível); também aqui, tais motivos são de ordem pessoal. A NBR 14724:2011 não especifica claramente o formato dos agradecimentos, entretanto, refere que a entrada do título “Agradecimentos” será centralizada e sem numeração, o que permite concluir - e nisto alteramos compreensão de edições anteriores desta obra - que a forma seria semelhante à do Resumo e Abstract, ou seja, título centralizado e não numerado, seguido de texto justificado e formatado no padrão ABNT.

2.15 Epígrafe (Pensamento ou Frase de Efeito)

Elemento opcional.

Deve se relacionar com o conteúdo do trabalho ou com situações relacionadas ao seu contexto. Pode ser colocada numa folha separada, no início do trabalho (aconselha-se o alinhamento da direita para a esquerda e a utilização de parte da metade inferior da página - um quadrante -, após a página dos agradecimentos) ou até mesmo no início de cada capítulo, quando então o trabalho contará com diversas epígrafes.

É incomum e por vezes objeto de críticas pelas bancas avaliadoras iniciar ou concluir os textos de capítulos de monografias com epígrafes.

2.16 Resumo em Português

Elemento obrigatório, por força da NBR 14724:2011, é o último item a ser elaborado na monografia.

Consiste na apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho. O resumo deve dar uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho. Constitui-se numa sequência de frases breves, objetivas e extremamente concatenadas, dispostas em formato de texto (e não de tópicos), não podendo ultrapassar 500 palavras e partindo de 250. Terminando-se esse bloco de texto, deve-se abrir nova linha para lançar as palavras-chave e/ou descritores do trabalho (a fim de possibilitar sua catalogação), conforme a NBR 6028:2003. Cuidar para não fazer do resumo uma mini-introdução, já que as funções de ambos são distintas.

Nos trabalhos de menor porte, como os ora chamados *papers* (trabalhos de disciplina ou módulos), utiliza-se apenas o resumo em português, que terá de 150 a 250 palavras.

ESCLARECENDO O RESUMO NAS MONOGRAFIAS:

- Limitador: de 250 até 500 palavras (nos *papers*: 150 a 250 palavras)
- Resumir o tema, de forma direta
- Não se referir aos capítulos, um a um (isto é para a introdução)
- Abordar tudo o que diz respeito ao tema, das indagações iniciais às conclusões.
- Para facilitar, pensar que o leitor não terá acesso ao trabalho e deverá compreendê-lo apenas a partir do resumo.

2.17 Resumo em Língua Estrangeira

Elemento obrigatório, também por força da NBR 14724:2011. Trata-se da versão do resumo em idioma de divulgação internacional (inglês, espanhol e francês, principalmente). Algumas instituições de ensino superior, no Rio

Grande do Sul principalmente, já não estão aceitando o espanhol como idioma estrangeiro. Observar que o idioma seja usual e moderno. Deve também vir seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave e/ou descritores), traduzidas para o idioma escolhido.

O resumo em idioma estrangeiro também pode ser alvo de críticas e correções; portanto, é necessário dedicar-lhe atenção.

2.18 Sumário

Elemento obrigatório, enumera as principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede, acompanhado do respectivo número da página. Havendo mais de um volume, em cada um deve constar o sumário completo do trabalho, conforme a NBR 6027:2012. Constarão no sumário apenas os elementos que estão após ele, na montagem do trabalho.

O editor de texto Microsoft Word possui recurso gerador de índices. Para utilizá-lo, é necessário antes selecionar os títulos, seções etc., atribuindo-lhes o nível de hierarquia dentro do trabalho (Título 1, Título 2 etc.). Utiliza-se espaço simples e, entre uma seção e outra, mais uma linha (ou mais um *enter*).

2.19 Introdução

Um dos elementos principais do trabalho. Deve ser feita, assim como as conclusões, **depois de elaborado todo o trabalho**, mas antes do resumo.

Introduz, literalmente, o leitor-avaliador no assunto estudado, não sem antes apresentar as justificativas (resgatar o plano de estudos/projeto) para a pesquisa, a importância/necessidade de seu estudo (nessa ordem: para a sociedade, para o mundo jurídico-acadêmico e para o pesquisador) e metodologia empregada na pesquisa, entre outros itens. Quanto

à sua extensão: não deve ter apenas meia página, tampouco quinze. Consenso entre autores indica que não se pode, em hipótese alguma, ultrapassar 10% das páginas do trabalho com a introdução, recomendando-se que se fique ao redor de 3-5 páginas. Não fazer citações e não utilizar notas de rodapé na introdução.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INTRODUÇÃO (ou ROTEIRO DA INTRODUÇÃO):

- Justificativa do tema
- Problemas a serem resolvidos
- Hipóteses levantadas
- Objetivos com a pesquisa/monografia
- Panorâmica do trabalho (cap. 1, 2, 3 ...)
- Métodos e técnicas empregados
- Parágrafo de finalização.

2.20 Conclusão

Discute-se muito acerca da terminologia CONCLUSÃO, contrapondo-a ao termo CONSIDERAÇÕES FINAIS. Segundo os defensores da segunda alternativa, um trabalho acadêmico teria a obrigação de levar o aluno não a concluir algo, e sim a elaborar sobre seu objeto de estudo algumas considerações finalísticas. Sugere-se que o aluno estabeleça com seu orientador qual o padrão a ser utilizado, já que a ABNT silencia a respeito (embora o item 4.2.3 da NBR 14724:2011 refira “conclusões”). Destaca-se, por oportuno, que o termo destina-se ao trabalho e não ao autor, ou seja, é do espaço de fechamento do trabalho de que se está falando, e não das ideias de seu autor. Também aqui não se lançará mão de citações e/ou notas de rodapé. Da mesma forma que na introdução, o padrão de 3 a 5 páginas é o ideal. Deve-se procurar apresentar as conclusões sobre o tema, resgatando seu problema inicial e indicando as respostas que se encontraram. É permitido

arriscar, indicando quais as perspectivas de futuro para o tema estudado.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA CONCLUSÃO (ou ROTEIRO DA CONCLUSÃO)

- Confirmação da importância do tema
- Confirmação (ou não) das hipóteses
- Alcance (ou não) dos objetivos
- Dificuldades encontradas durante a pesquisa/elaboração do trabalho
- Conclusões propriamente ditas
- (In)esgotabilidade/dinamicidade do tema e parágrafo de finalização

2.21 Montando a Monografia

Uma monografia terá seus elementos organizados em três blocos, que cumprem diferentes funções.

O primeiro bloco é composto pelos chamados **elementos pré-textuais**, que têm por objetivo roteirizar e resumir o que virá nas páginas seguintes (são eles: capa, folha de rosto, ficha catalográfica, termo de aprovação, resumo em português, resumo em outro idioma, sumário e listas diversas).

Os **elementos textuais**, a sua vez, constituem o coração da monografia; nele estão as ideias de seu autor, seus argumentos e articulação (introdução, capítulos e conclusão).

Os chamados **elementos pós-textuais** têm a função primordial de permitir a conferência da trilha metodológica seguida e, ainda, de acrescentar fontes ao trabalho (referências bibliográficas e/ou obras consultadas, apêndices e anexos).

A monografia terá, portanto, os elementos a seguir indicados⁴³ na exata ordem da listagem. Note-se que alguns (indicados com asteriscos) são facultativos:

- a) Capa
- b) Folha de Rosto (em seu verso: Ficha Catalográfica)⁴⁴
- c) Termo/Folha de Aprovação
- d) Dedicatórias*
- e) Agradecimentos*
- f) Epígrafe*
- g) Resumo em português
- h) Resumo em idioma estrangeiro
- i) Listas*
- j) Sumário
- k) Introdução
- l) Desenvolvimento do Trabalho (capítulos)
- m) Conclusão
- n) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas
- o) Apêndices/Anexos*

⁴³ Para os **papers** dispensam-se as letras *c, d, e, f, h, i, o*. O desenvolvimento far-se-á em tópicos sequenciados, e o resumo terá de 150 a 250 palavras, apenas em português.

⁴⁴ Assim como a Lombada, a Ficha Catalográfica é elemento obrigatório apenas em Dissertações e Teses.

Dos diversos tipos de monografia e suas especificidades

Monografia Jurídica é gênero que alberga diversas espécies, diferenciadas entre si por critérios, como a natureza do curso a que são vinculadas, o rigor avaliativo, a profundidade da abordagem etc. Assim, existem diversas espécies de monografias, e nelas sempre alguém estará debruçado sobre fontes, realizando uma investigação e registrando sua caminhada, impressões e conclusões. É na NBR 14724:2011 que se obtém a conceituação técnica de cada um dos trabalhos a seguir detalhados.

3.1 Artigo Científico

Em que pese alguns entendam tratar-se de sinônimos, não podem os artigos científicos ser confundidos com os *papers*, também chamados de Trabalhos Acadêmicos, uma vez que estes nada mais são do que “minimonografias”, enquanto aqueles se enchem de rigorismos, já que se destinam à publicação. A ABNT, por meio da NBR 6022:2018, rege os Artigos Científicos. Para o *paper*, utilizam-se as normas gerais de monografias, com algumas flexibilizações, de acordo com a Instituição que o requer, já que ainda não foi pontualmente regrado (ver a seguir).

É Furasté⁴⁵ quem traz seu conceito: “É a parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta, discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”.

Basicamente, presta-se à publicação em revistas e/ou periódicos de caráter científico. Suas características essenciais são⁴⁶:

- a) publicação em revistas e periódicos especializados;
- b) apresentam resultados obtidos em estudos, pesquisas ou análises;
- c) permitem ao leitor, dada a completude, objetividade e síntese, o conhecimento direto da matéria e repetição da pesquisa;
- d) são documentos formais, que têm normas próprias para sua confecção.

De forma geral, os elementos dos artigos científicos organizam-se nos três tradicionais grupos de elementos também utilizados para organização das monografias em geral, a saber: pré-textuais e pós-textuais. A ABNT silencia sobre sua extensão, opinando os autores por algo em torno de 15 a 20 páginas. O artigo científico é escrito em texto único, sem novas páginas, sequenciadamente, podendo ser dividido e subdividido quantas vezes for necessário (desde que não ultrapasse a regra quinária). Entre um item e outro, deve-se inserir apenas uma linha em branco (espaço 1,5). Não comportará anexos ou apêndices, e eventuais gráficos, tabelas ou ilustrações poderão ser inseridos, desde que em suas legendas se possa dispor de dados suficientes à sua identificação e elucidação. Face ao espaço extremamente

⁴⁵ FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação, explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2005, p. 215.

⁴⁶ FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação, explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2005, p. 216.

reduzido, aconselha-se que outras referências (documentais, por exemplo) sejam identificadas apenas nas notas de rodapé, deixando-se as listagens do final do documento apenas para as referências de tipo bibliográfico.

Assim, um Artigo Científico se organizaria da seguinte forma:

- a) Título e Subtítulo (se houver)
- b) Título e Subtítulo (se houver) traduzidos para idioma estrangeiro
- c) Nome do Autor, alinhado à direita, e chamada para nota de rodapé, no qual constarão suas credenciais básicas (titulação, cargo, instituição a que pertence e endereço eletrônico)
- d) Resumo em português (100 a 250 palavras) e Palavras-Chave (3 a 5)
- e) Resumo em idioma estrangeiro (100 a 250 palavras, em itálico) e Palavras-Chave (as mesmas, mas no idioma estrangeiro)
- f) Introdução
- g) Desenvolvimento
- h) Conclusão
- i) Agradecimentos (se houver)
- j) Referências Bibliográficas
- k) Glossário/Apêndices/Anexos

3.2 Paper ou Trabalho Acadêmico

O *paper* é uma invenção acadêmica, fruto do costume. Utilizado como elemento de avaliação em disciplinas e módulos de cursos de pós-graduação, tem ganhado espaço cada vez maior nos cursos de graduação.

Divergindo de alguns autores, entende-se que para o chamado *paper* ainda não há regramento preciso previsto pela

ABNT. Igualá-lo ao artigo científico é por demais simplório, uma vez que o *paper*, em sua origem, é um trabalho acadêmico, com finalidade imediata avaliativa, não se destinando à publicação. Assim, deve o *paper* seguir as regras da ABNT para as monografias, uma vez que se assemelha muito às mesmas, devendo ter capa, folha de rosto, listagem bibliográfica etc.

Suas principais diferenças quanto aos demais tipos de monografias estão nos critérios quanti-qualitativos, isto é, menos folhas, objeto de estudo mais conciso e simples, próprio de fechamentos avaliativos parciais ou até mesmo finais, mas sempre de disciplinas ou módulos.

Destarte, afora as regras normais da ABNT aplicáveis aos *papers* (margens, tamanho da fonte, citações etc.), vê-se que os mesmos normalmente têm em torno de 15 a 30 páginas, contadas a partir da folha de rosto e que, por terem tema muito delimitado, não se espraiam em capítulos, mas organizam-se em item único, se necessário, multipartido em subitens.

São elementos dos *papers*, então:

- a) Capa
- b) Folha de Rosto (sem indicação de orientador)
- c) Resumo em português
- d) Sumário
- e) Introdução
- f) Desenvolvimento do Trabalho (em tópicos)
- g) Conclusão
- h) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas

3.3 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Na graduação, por força das Diretrizes Curriculares do MEC, o acadêmico está obrigado a realizar um trabalho de conclusão, o qual, na imensa maioria das faculdades, trata-se de um trabalho investigativo, defendendo-o perante banca avaliadora. Nenhuma

outra referência se verifica nesse sentido, quer no que toca ao trabalho em si, quer no que diz com respeito à banca, ou seja, não há limites objetivos quanto ao número de páginas ou perfil do trabalho (similar a um artigo científico? Relatório de pesquisa de campo? Pesquisa bibliográfica?) e muito menos sobre a composição da banca (quantos elementos? O orientador participa, ou não?). Verifica-se como costumeiro entre os cursos jurídicos que o Trabalho de Conclusão de Curso, quando monografias, tenha uma extensão aproximada de 50 a 100 páginas (mínimo e máximo) e que através dele o acadêmico demonstre ter habilidades para frequentar e interpretar fontes jurídicas, argumentando de forma escrita e oral suas constatações. Aconselha-se, face à relativa autonomia estendida aos cursos de Direito neste particular, que o acadêmico consulte o Setor de Monografias de sua faculdade ou curso acerca dos critérios quanti-qualitativos exigidos para sua monografia.

Em regra, os Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação não ficam arquivados na biblioteca institucional, tampouco são disponibilizados em meio digital, por isso é desnecessária a feitura da ficha catalográfica e da lombada.

São elementos dos Trabalhos de Conclusão de Curso, na ordem ditada pela ABNT, os seguintes⁴⁷:

- a) Capa
- b) Folha de Rosto
- c) Termo/Folha de Aprovação
- d) Dedicatórias*
- e) Agradecimentos*
- f) Epígrafe*
- g) Resumo em português
- h) Resumo em idioma estrangeiro

⁴⁷ Os asteriscos indicam itens facultativos (dedicatórias, agradecimentos, epígrafe) ou necessários, se ocorrer fato justificador (listas, apêndices, anexos).

- i) Listas*
- j) Sumário
- k) Introdução
- l) Desenvolvimento do Trabalho (capítulos)
- m) Conclusão
- n) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas
- o) Apêndices/Anexos*

3.4 Monografia de Especialização

Na monografia de especialização, as exigências avaliativas dos Trabalhos de Conclusão de Curso são pressupostos. Parte-se delas, portanto, agregando-se outras, estas, sim, foco de avaliação na especialização. Como o nome indica, o curso é destinado a profissionais que desejam especializar-se em alguma área do direito, atualizar e aprofundar seu fazer jurídico, a partir do estudo e reflexão verticalizados e focados. Os alunos dos cursos de especialização são profissionais jurídicos, em regra. Aliado ao retro exposto, o curso de especialização tem um caráter muito menos teórico do que os outros níveis regrados do ensino jurídico, fazendo com que se tenha uma monografia *sui generis*.

A monografia de especialização terá perfil prático-reflexivo, uma vez que elaborada por profissional que busca aperfeiçoamento. Não será uma monografia histórica ou filosófica, puramente. Trará tais elementos, quando muito, como métodos de procedimento para uma melhor apreciação da realidade e, o que se espera: trará um diagnóstico com o enfrentamento dos problemas e apresentação de respostas, prognósticos e/ou alternativas, muito bem argumentadas.

Uma monografia de especialização, normalmente, possuirá de 80 a 120 páginas (mínimo e máximo, contadas da folha de rosto e incluindo listagens bibliográficas). Atentar para números exatos eventualmente ditados pela instituição e presentes no projeto pedagógico do curso. Apenas se a instituição tiver por política a

disponibilização das monografias em sua biblioteca e/ou *website* é que se tornarão obrigatórias a ficha catalográfica e a lombada.

Note-se que não há, também, previsão quanto à banca de avaliação para as monografias de especialização, recomendando-se a consulta ao projeto pedagógico do respectivo curso para ciência acerca do trabalho de finalização e sua forma avaliativa.

Os elementos⁴⁸ da Monografia de Especialização, portanto, são:

- a) Capa
- b) Folha de Rosto (em seu verso: Ficha Catalográfica)⁴⁹
- c) Termo/Folha de Aprovação
- d) Dedicatórias*
- e) Agradecimentos*
- f) Epígrafe*
- g) Resumo em português
- h) Resumo em idioma estrangeiro
- i) Listas*
- j) Sumário
- k) Introdução
- l) Desenvolvimento do Trabalho (capítulos)
- m) Conclusão
- n) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas
- o) Apêndices/Anexos*

3.5 Dissertação de Mestrado

A dissertação de mestrado é requisito final nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado. Sua superação (cumulada com os demais requisitos do curso) confere ao seu

⁴⁸ Os asteriscos indicam itens facultativos (dedicatórias, agradecimentos, epígrafe) ou necessários, se ocorrer fato justificador (listas, apêndices, anexos).

⁴⁹ Assim como a Lombada, a Ficha Catalográfica é elemento obrigatório apenas em Dissertações e Teses.

autor o título de Mestre em Direito. Não raro, há quem diga ser muito tênue a diferença entre a dissertação de mestrado e a tese doutoral, não sem razão, uma vez que, na prática, se veem diversas dissertações que poderiam ser teses e vice-versa.

Ferreira Sobrinho⁵⁰, citando Severino, aponta que:

A diferença intelectual [da dissertação de mestrado] em relação à tese de doutorado está no caráter de originalidade do trabalho. Tratando-se de um trabalho ainda vinculado a uma fase de iniciação à ciência, de um exercício diretamente orientado, primeira manifestação de um trabalho pessoal de pesquisa, não se pode exigir da dissertação de mestrado o mesmo nível de originalidade e o mesmo alcance de contribuição ao progresso e desenvolvimento da ciência em questão.

Ou seja, a dissertação de mestrado não tem o compromisso de busca da originalidade temática, tampouco exige de seu autor extrema profundidade científica. Mas o rigor científico, este sim lhe é inerente, eis que exercício investigativo.

Verificam-se, atualmente e no Brasil, dissertações de mestrado com uma média de 150 a 200 páginas (mínimo e máximo), sempre dependendo esta limitação do esgotamento (ou não) da proposta da pesquisa, o que a sua vez dependerá da ocorrência/superação de diversos fatores (delimitação temática, disponibilidade de materiais etc.).

A dissertação, em sua versão final, ficará disponível para consultas da comunidade em geral, notoriamente acadêmico-jurídica, tanto na biblioteca quanto no *website* da instituição, por isso são necessárias a ficha catalográfica e a lombada. Os elementos⁵¹ da Dissertação de Mestrado são os seguintes:

a) Capa

⁵⁰ FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em direito e redação da monografia jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1997, p. 21.

⁵¹ Os asteriscos indicam itens facultativos (dedicatórias, agradecimentos, epígrafe) ou necessários, se ocorrer fato justificador (listas, apêndices, anexos).

- b) Lombada
- c) Folha de Rosto (em seu verso: Ficha Catalográfica)
- d) Termo/Folha de Aprovação
- e) Dedicatórias*
- f) Agradecimentos*
- g) Epígrafe*
- h) Resumo em português
- i) Resumo em idioma estrangeiro
- j) Listas*
- k) Sumário
- l) Introdução
- m) Desenvolvimento do Trabalho (capítulos)
- n) Conclusão
- o) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas
- p) Apêndices/Anexos*

3.6 Tese de Doutorado

Confere ao seu autor o título de Doutor em Direito, encerrando a longa e cansativa caminhada no curso de Doutorado em Direito. A elaboração de uma tese doutoral, em tempos de complexidade, dinamicidade extrema e visão holística, veramente traduz-se em desafio de grande quilate.

Ainda na tentativa de desfazer eventual confusão entre dissertações e teses, Ferreira Sobrinho⁵², invocando palavras de Severino, aponta que:

[...] exige-se da tese de doutorado contribuição suficientemente original a respeito do tema pesquisado. Ela deve representar um progresso para a área científica em que se situa. Deve fazer crescer a ciência. Qualquer que sejam as técnicas de pesquisa

⁵² FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em direito e redação da monografia jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1997, p. 18.

aplicadas, a tese visa a demonstrar argumentando e a trazer uma contribuição nova relativa ao tema abordado.

Já para Leite,⁵³ a tese seria tanto de natureza complementar quanto comeplementar, à medida que ultrapassa a mera análise de dados e resulta, invariavelmente, na demonstração de uma nova teoria, até então desconhecida e predominantemente nova no cenário do que já tenha sido produzido.

Em suma, uma tese⁵⁴ doutoral tem como compromisso central a originalidade do enfoque temático eleito; reforçando-se, não se busca um tema original (se este existir, muito melhor), mas sim um olhar original sobre o tema.

Atualmente, mesmo as teses doutorais estão sucumbindo à objetividade, com textos muito mais enxutos e diretos, o que se percebe também em suas notas de rodapé.

Assim, ao menos na maioria dos cursos de Doutorado em Direito do Brasil, o doutorando tem alguns deveres que corresponderão às expectativas mínimas da banca avaliadora, entre eles está o de descobrir e contribuir com algo novo para a ciência jurídica, buscando esgotar a abordagem definida em seu projeto de pesquisa em um espaço relativamente curto (fala-se atualmente em teses de no máximo 350 páginas).

Há exigência de disponibilização da tese, em sua versão definitiva (ou seja, já com as alterações e correções sugeridas pela banca), tanto na biblioteca quanto no *website* da instituição (neste último caso, ao menos de seus elementos essenciais: capa, folha de rosto, resumo em português e em idioma estrangeiro, listas, sumário, introdução, conclusão, referências bibliográficas e obras consultadas), por isso são necessárias a ficha catalográfica e a lombada. Uma tese tem seus elementos organizados da seguinte forma:

⁵³ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

⁵⁴ Os asteriscos indicam itens facultativos (dedicatórias, agradecimentos, epígrafe) ou necessários, se ocorrer fato justificador (listas, apêndices, anexos).

- a) Capa
- b) Lombada
- c) Folha de Rosto (em seu verso: Ficha Catalográfica)
- d) Termo/Folha de Aprovação
- e) Dedicatórias*
- f) Agradecimentos*
- g) Epígrafe*
- h) Resumo em português
- i) Resumo em idioma estrangeiro
- j) Listas*
- k) Sumário
- l) Introdução
- m) Desenvolvimento do Trabalho (capítulos)
- n) Conclusão
- o) Referências Bibliográficas/Obras Consultadas
- p) Apêndices/Anexos*

Defendendo a monografia – a banca

Em geral, as bancas são compostas por professores especialistas na área do trabalho a ser apresentado. Como predito, não há norma que defina nos Trabalhos de Conclusão de Curso quantos deverão ser seus integrantes (normalmente três), e, nas Monografias de Especialização, sequer há a exigência de banca (ficando, quando existentes, também normalmente na casa de três componentes). Nas bancas de mestrado, serão igualmente três os avaliadores, um deles o próprio orientador. Já nas bancas de doutorado, serão cinco avaliadores, normalmente com o orientador compondo a banca⁵⁵.

Sugere-se que o pesquisador prepare um texto para a apresentação da Monografia, sem, no entanto, ficar atrelado ao mesmo (ou seja, não se limitar à sua leitura). Normalmente, a banca concede em torno de 10 a 20 minutos para a apresentação da pesquisa e do trabalho, pelo acadêmico, sem interrompê-lo (verificar disposições regimentais, para Mestrados e Doutorados).

Para a elaboração do texto-guia, lançar mão das informações contidas no Projeto de Pesquisa e dos conhecimentos adquiridos durante o trabalho. Argumentar, em raciocínio lógico, expondo as motivações que levaram a pesquisar tal tema, qual a importância de seu estudo na atualidade, bem como os benefícios/necessidades de sua abordagem em diversos âmbitos

⁵⁵ Na Espanha, por exemplo, o orientador não compõe a banca avaliadora, sendo avaliado conjuntamente com o orientando.

(social, acadêmico, jurídico). Indicar os métodos de pesquisa utilizados (rapidamente). Informar qual era o problema e quais foram as respostas encontradas. Indicar a ocorrência de variáveis e seu impacto na pesquisa/trabalho.

Sugestão de roteiro da apresentação:

- entrega da errata (se houver e se não tiver sido entregue na Secretaria, em data anterior à banca e posterior ao depósito do trabalho)
- saudação à banca
- motivação para a pesquisa
- problemas científicos
- tese defendida
- panorâmica dos capítulos (breve)
- eventuais dificuldades na pesquisa (ocorrência de variáveis, p. ex.)
- confirmação (ou não) das hipóteses e da tese em si (doutorado)
- conclusão (constatações, sugestões etc.)

O acadêmico pode, ainda, utilizar-se de uma apresentação eletrônica (nesse caso, não se esquecer de reservar os equipamentos, requerer sua instalação e, sobretudo, testá-los antes da banca). É importante observar que o conteúdo de tais recursos visuais deve ser breve, preferencialmente em gráficos e tópicos, já que servirá de reforço da informação oral prestada pelo acadêmico, bem como de roteiro para o mesmo. Deve-se evitar projetar textos longos e enfadonhos e não se limitar à leitura das projeções.

O acadêmico deve trazer uma cópia de seu trabalho e demais materiais que entender necessários, podendo consultá-los durante a banca. Os questionamentos serão quanto a aspectos de forma (notas de rodapé, estruturação geral etc.), conteúdo em si e métodos empregados na pesquisa.

Erratas são admitidas, desde que curtas, objetivas, limitadas a equívocos de digitação, ortografia etc.

O candidato deve vestir-se com sobriedade e discrição, tratar os avaliadores com respeito e cortesia, chamando-os sempre de senhor ou senhora ou até, conforme o formalismo da instituição de ensino, segundo alguns, de Vossa Excelência⁵⁶.

Sobretudo, deve ter segurança sobre seu trabalho, situação que só se obtém fazendo-o realmente e estudando-o muito.

⁵⁶ NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 5. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 222.

Conclusão

Ao encerrar este manual, reforça-se a ideia de sua necessidade, uma vez que a investigação científica não é vista com a mesma ênfase que outras matérias nos diversos níveis do ensino jurídico. Verifica-se, entretanto, que o rigorismo metodológico é essencial ao bom operador jurídico, eis que somente a partir daquele este consegue bem lastrear seu raciocínio e conclusões.

Pensa-se didaticamente eficaz a comparação do projeto de pesquisa com um projeto pessoal, como o de uma viagem, realizada na introdução deste livro e, diante da dúvida sobre sua necessidade, remete-se para aquele arrazoado. Um evento ou um ato humano importante pode até surgir de um susto ou improvisadamente, mas, com certeza, trará resultados mais controlados, tranquilos e melhores se projetados com seriedade.

Da mesma forma, num Estado que se pretende Democrático de Direito, que preconiza a igualdade, a adoção de normas e parâmetros comuns para a apresentação de trabalhos acadêmicos (principalmente quando exigidos para fins de seleção e concorrência a partir de sua avaliação) soa muito coerente. Um trabalho deve se sobressair por seu conteúdo, e não por sua forma, que deve ser exata e rigorosamente igual às demais.

Este livro, então, foi elaborado pensando nos estudantes jurídicos (e todos são, *ad infinitum*, se quiserem permanecer no mundo jurídico), principalmente aqueles vinculados a algum programa regular, em nível de graduação ou pós-graduação, e tentou explicitar de forma simples e objetiva as questões que envolvem a pesquisa, a elaboração da monografia jurídica e a respectiva banca avaliadora, quando existente.

Tem, portanto, caráter instrumental e deve ser fonte de consulta constante. Dominar os métodos e técnicas leva à construção lógica de um conhecimento que poderá ser submetido à prova e que apresentará, em essência, coerência com a caminhada escolhida, verificável pelos resultados relatados.

É no cotidiano da pesquisa jurídica, entretanto, que surgem as dificuldades, fato que leva ao necessário e constante aperfeiçoamento deste material, quiçá em próximas edições. Neste sentido, como todo o saber é coletivo e para o coletivo deve ser produzido, espera-se a colaboração dos leitores, encaminhando críticas e sugestões, que, com certeza, serão bem acolhidas.

Referências

- ECO, Umberto. **Como se hace una tesis: técnicas y procedimientos de investigación, estudio y escritura.** Barcelona: Gedisa, 1999.
- LEÓN ARMENTA, Luis Ponce de. **Metodología del derecho.** México: Porrúa, 1996.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas.** 3. ed. México: Porrúa, 1988.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito.** São Paulo: Atlas, 1999.
- FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em direito e redação da monografia jurídica.** Porto Alegre: Fabris, 1997.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica.** 5. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação, explicitação das normas da ABNT.** 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2005.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica.** 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Obras consultadas

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

CARVALHO, Salo de. **Como NÃO se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Anexos

Anexo 1

**Capa para projeto de pesquisa
(Observar distâncias entre os itens – NBR 14724:2011)**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – Mestrado**

JOÃO DA SILVA

**PROJETO DE PESQUISA
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946
E SEUS REFLEXOS NA ATUAL CARTA MAGNA**

**PORTO ALEGRE
2018**

Anexo 2

**Folha de rosto para projeto de pesquisa
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)**

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Projeto de Pesquisa realizado como exigência parcial para aprovação na disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

**PORTO ALEGRE
2018**

Anexo 3

Folha de aprovação para projeto de pesquisa

TERMO DE APROVAÇÃO

O Projeto de Pesquisa **DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS NA ATUAL CARTA MAGNA**, elaborado pelo mestrando JOÃO DA SILVA, foi por mim acompanhado e está apto a lastrear a monografia jurídica homônima, sob minha orientação.

Aprovo o projeto de pesquisa.

Porto Alegre, __ de _____ de ____.

Prof. Dr. José de Souza

Anexo 4

Elementos de identificação para projeto de pesquisa

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E SEUS REFLEXOS NA ATUAL CARTA MAGNA

AUTOR:

JOÃO DA SILVA – MATRÍCULA Nº 20082008-8
CURRICULO LATTES: [http:// ...](http://...)

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA
CURRICULO LATTES: [http://](http://...)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO.

LINHA DE PESQUISA:

EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PÚBLICO E NO DIREITO PRIVADO

DURAÇÃO DA PESQUISA:

DATA INÍCIO: 02/01/2008
DATA TÉRMINO (APROXIMADO): 02/01/2010

INSTITUIÇÃO/PROGRAMA:

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO

Anexo 5
O projeto de pesquisa
(Sobre o preenchimento de cada tópico,
consultar itens próprios neste Livro)

PROJETO DE PESQUISA

- 1) Tema**
- 2) Delimitação do Tema**
- 3) Justificativa**
- 4) Problema(s)**
- 5) Hipótese(s)**
- 6) Variável (eis)**
- 7) Objetivo(s)**
 - a. Geral**
 - b. Específico(s)**
- 8) Embasamento Teórico**
- 9) Metodologia**
 - a. Método de Abordagem**
 - b. Método(s) de Procedimento**
 - c. Método de Interpretação Jurídica**
 - d. Tipos e Técnicas de Pesquisa**
- 10) Ordenação da Monografia e Esboço do Sumário**
- 11) Cronograma**
- 12) Orçamento**
- 13) Instrumento(s) de Pesquisa de Campo**
- 14) Referências Bibliográficas do Projeto de Pesquisa**

Anexo 6
Capa para monografias
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – Mestrado

JOÃO DA SILVA

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E SEUS REFLEXOS NA ATUAL
CARTA MAGNA

PORTO ALEGRE
2018

Anexo 7

**Folha de rosto para paper
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)**

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Trabalho Acadêmico realizado como exigência parcial para aprovação na disciplina de _____, do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

**PORTO ALEGRE
2018**

Anexo 8

Folha de rosto para trabalho de conclusão de curso (Observar distâncias entre os itens, conforme ABNT – NBR 14724:2011)

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, no Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

**PORTO ALEGRE
2018**

Anexo 9
Folha de rosto para monografia de especialização
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Monografia realizada como exigência parcial para
obtenção do certificado de Especialista em (nome
do curso), na Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul – PUCRS.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

PORTO ALEGRE
2018

Anexo 10
Folha de rosto para dissertação de mestrado
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Dissertação realizada como exigência parcial e final para obtenção do título de Mestre em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

PORTO ALEGRE
2018

Anexo 11
Folha de rosto para tese de doutorado
(Observar distâncias entre os itens,
conforme ABNT – NBR 14724:2011)

JOÃO DA SILVA

**DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS
NA ATUAL CARTA MAGNA**

Tese realizada como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em Direito no
Programa de Pós-Graduação em Direito da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul – PUCRS.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

PORTO ALEGRE
2018

Anexo 12
Ficha catalográfica⁵⁷
(no verso da folha de rosto)

(números do código internacional)

SILVA, José da. **Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira de 1946 e seus reflexos na atual Carta Magna**. Porto Alegre: PUCRS, 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado), Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

⁵⁷ Algumas instituições, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, dispõem de sistema para geração automática de catalogação, bastando ao usuário a inserção dos dados do trabalho.

Anexo 13

Folha de aprovação para trabalho de conclusão de curso

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso realizado por João da Silva como exigência parcial e final para obtenção do título de Bacharel em Direito, no Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, foi submetido nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovado.

Porto Alegre, __ de _____ de _____.

Prof. Dr. José de Souza – Orientador

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Anexo 14

Folha de aprovação para monografia de especialização

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Monografia realizada por João da Silva como exigência parcial e final para obtenção do certificado de Especialista em (nome do curso), no Curso de Especialização em (nome do curso) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

Porto Alegre, __ de _____ de _____.

Prof. Dr. José de Souza – Orientador

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Anexo 15

Folha de aprovação para dissertação de mestrado

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação realizada por João da Silva como exigência parcial e final para obtenção do título de Mestre em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito, nível Mestrado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

Porto Alegre, __ de _____ de _____.

Prof. Dr. José de Souza – Orientador

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Anexo 16

Folha de aprovação para tese de doutorado

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Tese realizada por João da Silva como exigência parcial e final para obtenção do título de Doutor em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito, nível Doutorado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

Porto Alegre, __ de _____ de _____.

Prof. Dr. José de Souza – Orientador

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Anexo 17

Errata (não encadernada)

ERRATA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1946 E SEUS REFLEXOS NA ATUAL CARTA MAGNA

AUTOR: JOSÉ DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA

PÁGINA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
15	8	CPC	CDC
45	10	que	quem
90	4	STF	STJ
92	13	fudamentais	fundamentais

Anexo 18

Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus pais,
por serem o esteio de minha vida.*

Anexo 19

Agradecimento(s)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José de Souza, pelos sábios ensinamentos.
Agradeço, também, à minha esposa, Maria da Silva, pelo companheirismo.

Anexo 20

Epígrafe

*Os direitos fundamentais cumprem a função de direitos
de defesa dos cidadãos [...] dos poderes públicos,
de forma a evitar agressões lesivas de parte dos mesmos.*
(Alexandre de Moraes)

Anexo 21
Resumo
(Verificar quantidade de palavras,
conforme o tipo de monografia, neste Livro)

RESUMO

Os direitos fundamentais constituem-se ... e na Constituição Brasileira de 1946 Tal circunstância leva à indagação acerca O constituinte de 1988, a sua vez, Atualmente, encontram-se diversas representações ... de onde se conclui que ...

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais. Constituição 1946. Constituição 1988.

Anexo 22
Resumo em outro idioma
(Verificar quantidade de palavras,
conforme o tipo de monografia, neste Livro, e
idiomas admitidos pela Instituição de Ensino Superior)

RESUMEN

Los derechos fundamentales se constituyen ... y en la Constitución Brasileña de 1946 Tal hecho lleva a la indagación si El constituyente de 1988, a su vez, Actualmente, verifican-se distintas representaciones ... de donde se concluye que ...

Palabras-Clave: Derechos Fundamentales. Constitución 1946. Constitución 1988.

Anexo 23
Lista
(Aplicável a gráficos, tabelas, ilustrações, anexos etc.)

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Comparativo dos artigos das Constituições	15
TABELA 2 – Elenco dos Direitos Fundamentais na CF 46	27
TABELA 3 – Elenco dos Direitos Fundamentais na CF 88	34

Anexo 24

Sumário

SUMÁRIO	
1 INTRODUÇÃO	9
2 DIREITOS FUNDAMENTAIS	15
2.1 Contextualização histórica	24
2.2 Conceito	40
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946	41
3.1 A constituinte	55
3.2 Dispositivos	61
4 DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	62
4.1 A Constituinte	70
4.2 Dispositivos	81
5 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

Anexo 25

Referências Bibliográficas ⁵⁸

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ECO, Umberto. **Como se hace una tesis**: técnicas y procedimientos de investigación, estudio y escritura. Barcelona: Gedisa, 1999.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Pesquisa em direito e redação da monografia jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1997.

FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Metodología, docencia e investigación jurídicas**. 3. ed. México: Porrúa, 1988.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEÓN ARMENTA, Luis Ponce de. **Metodología del derecho**. México: Porrúa, 1996.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilla. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 5. ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2007.

⁵⁸ Consultar pgs. 70-71 neste livro.

Anexo 26
Artigo Científico

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DE 1946 E SEUS REFLEXOS NA ATUAL CARTA MAGNA**
THE FUNDAMENTAL RIGHTS...

(2 espaços de 1,5)

José da Silva¹

(2 espaços de 1,5)

RESUMO: O artigo analisa os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1946 e verifica seus reflexos na Carta Magna de 1988. Palavras-Chave: Direitos Fundamentais, Constituição de 1946. Constituição de 1988.

ABSTRACT: *The article ...*
Keywords:...

(2 espaços de 1,5)

1 INTRODUÇÃO

(2 espaços de 1,5)

Texto da introdução

(2 espaços de 1,5)

2 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

(2 espaços de 1,5)

Muito se estuda na atualidade sobre os chamados Direitos Fundamentais, mas em que consistem os mesmos se ...

(2 espaços de 1,5)

¹ Qualificação breve + e-mail.

1.1 Escorço histórico e reflexos na atualidade

(2 espaços de 1,5)

Pode-se apontar como marco inicial relevante para o presente estudo a ...

(2 espaços de 1,5)

1.2 Gerações

(2 espaços de 1,5)

Atualmente, a doutrina divide os Direitos Fundamentais em três gerações². A chamada primeira geração é, no dizer de Moraes³, o conjunto de “direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgidos institucionalmente a partir da Magna Carta”. Evoluem, chegando à segunda geração, e, por fim, os direitos de terceira geração, resumidamente entendidos como direitos de solidariedade ou fraternidade, que globam⁴ [...]

(2 espaços de 1,5)

[...] o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos que são, no dizer de José Marcelo Vigliar, os interesses de grupos menos determinados de pessoas, sendo que entre elas não há vínculo jurídico ou fático muito preciso.

(2 espaços de 1,5)

Enfim, o lema da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade) pode ser visto nas três gerações de direitos.

(2 espaços de 1,5)

3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946

² Existindo, ainda, alguns que apontam uma quarta geração de direitos fundamentais. TAL, Fulano de. **Direitos Fundamentais**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 98.

³ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 26.

⁴ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. p. 26-7.

(2 espaços de 1,5)

O contexto em que surge o texto constitucional de 1946 propicia que ...

(2 espaços de 1,5)

4 CONCLUSÃO

(2 espaços de 1,5)

Texto da conclusão

(2 espaços de 1,5)

REFERÊNCIAS

(2 espaços de 1,5)

Anexo 27

Chaves básicas para bibliografias e documentos mais comuns em monografias jurídicas - NBR 6023:2002

1) LIVRO PADRÃO

NOME, Prenome. **Título:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano.

2) TRABALHOS ACADÊMICOS

NOME, Prenome. **Título:** subtítulo. Ano. folhas. Tipo de Monografia (Programa) – Faculdade de..., Universidade, Local, ano.

3) SÉRIES/COLEÇÕES

NOME, Prenome. **Título:** subtítulo. Local: Editora, ano. (nome da série ou coleção, número do volume).

4) MAIS DE UM AUTOR (até 3):

NOME, Prenome; NOME, Prenome; NOME, Prenome. **Título:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano.

5) MAIS DE UM AUTOR (acima de 3):

NOME, Pronome. *et al.* **Título:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano.

6) AUTORIA REPETIDA

_____. **Título:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano.

7) CAPÍTULOS EM OBRA SEM INDICAÇÃO DE AUTOR

TÍTULO: subtítulo. edição. Local: Editora, ano, capítulos/volume/tomo.

8) CAPÍTULOS EM OBRA COM INDICAÇÃO DE AUTOR

NOME, Prenome. Título do capítulo. In: NOME, Prenome. **Título da obra:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano, páginas.

9) TOMOS OU VOLUMES DE OBRAS

NOME, Prenome. **Título:** subtítulo. edição. Local: Editora, ano, total de volumes/tomos, n. do volume/tomo utilizado: nome do volume/tomo utilizado.

10) ARTIGOS EM REVISTAS OU PERIÓDICOS

NOME, Prenome. Título do artigo: subtítulo. **Nome da Revista ou Periódico**, Local, volume/ano, número, páginas, mês (abreviado) ano.

11) INTERNET

NOME, Prenome. Título do artigo. **Site.** Local do site. Número da revista/boletim/outro. Data de elaboração. Disponível em: <http://www....>. Acesso em: dia mês (abreviado) ano.

12) JURISPRUDÊNCIA – IMPRESSA

JURISDIÇÃO. Órgão competente. **Natureza da decisão com número.** Relator. Data de julgamento.

13) JURISPRUDÊNCIA – MEIO ELETRÔNICO

JURISDIÇÃO. Órgão competente. **Natureza da decisão com número.** Relator. Data de julgamento. Disponível em: <...>. Acesso em: dia mês (abreviado) ano.

14) LEGISLAÇÃO – IMPRESSA

JURISDIÇÃO. Nº, data e descritivo básico da Lei. Diário Oficial em que publicado. Seção. Local. Ano, nº, página, dia mês (abreviado) ano.

15) LEGISLAÇÃO – MEIO ELETRÔNICO

JURISDIÇÃO. Nº, data e descritivo básico da Lei. Diário Oficial em que publicado. Local, dia mês (abreviado) ano. Disponível em: <...>. Acesso em dia mês (abreviado) ano.

16) ANAIS DE EVENTOS - COMPLETO

NOME DO EVENTO, edição, ano, Local. **Anais....** Local: Editora, ano.

17) ARTIGO EM ANAIS DE EVENTO

NOME, Prenome. Título. *In:* NOME DO EVENTO, edição, ano, Local. **Anais....** Local: Editora, ano.

18) OBRAS CINEMATOGRAFICAS (IMAGENS EM MOVIMENTO)

NOME do Filme no idioma original. Direção e Produção: [nome do diretor/produtor]. Intérpretes: [nomes com ponto e vírgula entre os mesmos]. Roteiro: [nome do roteirista]. Música: [nome do autor]. Local: Empresa Produtora, ano. tipo de mídia (duração em minutos), formato [ex. widescreen], trato da imagem [colorido]. Produzido por: [nome da empresa]. Detalhes [ex. Baseado em obra literária tal]. Versão do título em português: [escrevê-lo, mesmo que não seja a tradução literal].